



Plano Integrado de Prevenção, Controle e Combate às Queimadas e aos Incêndios Florestais do Estado do Acre

**Comissão Estadual de Gestão de Riscos Ambientais
CEGdRA**

Rio Branco - Acre
Julho de 2011

**PLANO INTEGRADO DE PREVENÇÃO, CONTROLE
E COMBATE ÀS QUEIMADAS E AOS INCÊNDIOS
FLORESTAIS DO ESTADO DO ACRE**

Julho de 2011

PLANO INTEGRADO DE PREVENÇÃO, CONTROLE E COMBATE ÀS QUEIMADAS E AOS INCÊNDIOS FLORESTAIS DO ESTADO DO ACRE

© SEMA
1ª Edição – 2011

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Acre. Secretaria de Estado de Meio Ambiente.

Plano integrado de prevenção, controle e combate às queimadas e aos incêndios florestais do estado do Acre – Rio Branco: SEMA, 2011.

72 p.

1. Queimadas – Prevenção e controle – Acre. 2. Incêndios florestais – Prevenção e controle – Acre. I. Secretaria de Estado de Meio Ambiente. II. Título.

CDD - 577.4098112

Bibliotecária: Maria do Socorro de O. Cordeiro. – CRB-11/667

Capa: Maurício de Lara Galvão

Diagramação: Fábio César Zeferino - BrilhoGraf

ENDEREÇO:

Secretaria de Estado de Meio Ambiente – SEMA

Rua Benjamin Constant, 856 – Centro

Rio Branco – Acre – Brasil CEP: 69.900-160

Fone: 55 (0xx68) 3224 - 3990 / 7127

Fax: 55 (0xx68) 3223 - 3447

Email: sema@ac.gov.br



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE

COMISSÃO ESTADUAL DE GESTÃO DE RISCOS AMBIENTAIS – CEGdRA

Tião Viana

Governador do Estado do Acre

César Messias

Vice-Governador

José Fernandes do Rêgo

Secretário de Estado de Articulação Institucional – SAI

Márcia Regina de Sousa Pereira

Chefe da Casa Civil

Carlos Edegard de Deus

Secretário de Estado de Meio Ambiente – SEMA

Lourival Marques de Oliveira Filho

Secretário de Estado de Extensão Agroflorestal e Produção Familiar – SEAPROF

João Paulo Santos Mastrangelo

Secretário de Estado de Floresta – SEF

Felismar Mesquita Moreira

Diretor do Instituto de Terras do Acre – ITERACRE

Daniel Queiroz de Sant'Ana

Secretário de Estado de Educação e Esporte – SEE

Suely de Souza Melo da Costa

Secretária de Estado de Saúde – SESACRE

Ildor Reni Graebner

Secretário de Estado de Segurança Pública – SESP

Cel. João de Jesus Oliveira

Coordenador da Defesa Civil do Estado - CEDEC

Márcio Veríssimo Carvalho Dantas

Secretário de Estado de Planejamento – SEPLAN



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE

COMISSÃO ESTADUAL DE GESTÃO DE RISCOS AMBIENTAIS – CEGdRA

Mauro Jorge Ribeiro

Secretário de Estado de Agropecuária – SEAP

Edvaldo Soares de Magalhães

Secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio,
Serviços, Ciência e Tecnologia - SEDICT

Sebastião Fernando Ferreira Lima

Diretor do Instituto de Meio Ambiente do Acre – IMAC

Eufran Ferreira do Amaral

Diretor do Instituto de Mudanças Climáticas - IMC

João César Dotto

Diretor Presidente da Fundação de Tecnologia do Estado
do Acre – FUNTAC

Marcus Alexandre Médici Aguiar

Diretor do DERACRE

Roberto Barros dos Santos

Procurador Geral do Estado – PGE

Cel. José dos Reis Anastácio

Comandante Geral da Polícia Militar

Cel. Flávio Ferreira Pires

Comandante do Corpo de Bombeiros Militar – CBMAC

Major Douglas Augusto Thomaz

Comandante da Cia. de Policiamento Ambiental do Acre - CPAMB

Wolvenar Camargo Filho

Secretário de Estado de Infraestrutura e Obras Públicas - SEOP

Luiz Augusto Ribeiro do Valle

Pres. Instituto de Defesa Animal e Florestal do Acre - IDAF

COMISSÃO ESTADUAL DE GESTÃO DE RISCOS AMBIENTAIS – CEGdRA

PREFEITURA DE RIO BRANCO

Raimundo Angelim
Prefeito de Rio Branco

Silvia Helena Brilhante
Secretária de Meio Ambiente

Cel. Gilvan Vasconcelos
Coordenador da Defesa
Civil Municipal de Rio

INSTITUTO BRASILEIRO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS – IBAMA

Diogo Selhorst
Superintendente em exercício

CENTRO DE PESQUISA AGROFLORESTAL DO ACRE - EMBRAPA ACRE

Judson Ferreira Valentim
Chefe Geral da EMBRAPA/AC

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE – UFAC

Prof^a. Olinda Batista Assmar
Reitora da Universidade Federal
do Acre – UFAC

INSTITUTO DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA

João Thaumaturgo Neto
Superintendente do INCRA/ACRE

INSTITUTO FEDERAL DO ACRE – IFAC

Prof. Marcelo Minghelli
Reitor

EXÉRCITO BRASILEIRO

Ten. Cel. Danilo Mota Alencar
Comandante do 4º BIS

POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL

Getúlio Mario Gomes de Azevedo
Chefe da 5ª Delegacia da PRF/AC

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ACRE - MPE

Sammy Barbosa Lopes
Procurador-Geral de Justiça

Patrícia de Amorim Rêgo
Procuradora-Geral Adjunta

Meri Cristina do Amaral
Procuradora do Meio Ambiente

FEDERAÇÃO DE TRABALHADORES EM AGRICULTURA DO ACRE – FETACRE

Maria Sebastiana O. de Miranda
Presidente da FETACRE

WOODS HOLE RESEARCH CENTER – WHRC

Irving Foster Brown
Pesquisador

INSTITUTO DE PESQUISAS AMBIENTAIS DA AMAZÔNIA - IPAM

Elsa Mendoza
Pesquisadora

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO ACRE - FIEAC

Carlos Takashi Sasai
Presidente da FIEAC

FEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DO ESTADO DO ACRE - FAEAC/SENAR

Assuero Doca Veronez
Presidente da FAEAC/SENAR

COMISSÃO ESTADUAL DE GESTÃO DE RISCOS AMBIENTAIS – CEGdRA

Presidente

Carlos Edegard de Deus

Secretário de Estado de Meio Ambiente

Secretária Executiva

Vera Lucia Reis

Assessora Técnica de Gabinete – SEMA

PLANO INTEGRADO DE PREVENÇÃO, CONTROLE E COMBATE ÀS QUEIMADAS E AOS INCÊNDIOS FLORESTAIS DO ESTADO DO ACRE

Elaboração

Ten. Cel. José Aldeni Chaves Rodrigues – Corpo de Bombeiros Militar do Acre - CBMAC

Vera Lucia Reis – Secretaria de Estado de Meio Ambiente – SEMA

Silvia Helena Brilhante - Secretária de Meio Ambiente do Município de Rio Branco - SEMEIA

Márcia Oliveira – SEMEIA – Rio Branco

Diogo Selhorst – Superintendente do IBAMA/ACRE em exercício

Ivo Péricles Sena – IMAC

Roberto França da Silva – IMAC

Colaboração

Suzane Guedes Barbosa – IBAMA/ACRE

Ivana Merched de Oliveira Guerreiro - IMAC

Major George Luiz Pereira Santos - COMDEC

Irving Foster Brown – WHRC

Airton Gaió Júnior – SEMA

Lucio Flávio Carmo Zancanela – FUNTAC/UCEGEO

Leandro Sampaio - FUNTAC/UCEGEO

Maria Alice Silva de Paula - FUNTAC/UCEGEO

Paola Victória Salvatierra César Figueiredo – SEMA

Helenne Albuquerque - SEMA

Edvaldo de Araújo Paiva - SEMA

Jaqueline Cristina do Carmo Santos - SEMA

Sara Maria Viana Melo – SEMA

Membros da Comissão Estadual de Gestão de Riscos Ambientais

Apoio

Associação dos Municípios do Acre – AMAC

Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit - GIZ

ÍNDICE

1. CONTEXTO.....	9
2. PROBLEMÁTICA.....	10
3. ASPECTOS LEGAIS E INSTITUCIONAIS.....	14
3.1 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA CEGDRA.....	16
3.2 ATRIBUIÇÕES DAS INSTITUIÇÕES EXECUTORAS.....	19
4. OBJETIVOS DO PLANO	28
4.1 GERAL.....	28
4.2 ESPECÍFICOS	28
5. NÍVEIS DE PLANEJAMENTO	29
5.1 NÍVEL ESTRATÉGICO	29
5.2 NÍVEL TÁTICO	29
5.3 NÍVEL OPERACIONAL.....	30
6. PLANO DE AÇÃO	31
6.1 COMUNICAÇÃO.....	31
6.2 FORMAS DE AÇÃO	33
6.2.1 CAPACITAÇÃO.....	34
6.2.2 PREVENÇÃO.....	34
6.2.3 CONTROLE E ALERTA	35
6.2.3.1 UNIDADE DE SITUAÇÃO DE EVENTOS EXTREMOS.....	35
6.2.4 FISCALIZAÇÃO RURAL	38
6.2.5 FISCALIZAÇÃO DAS ÁREAS URBANAS NO MUNICÍPIO DE RIO BRANCO	45
6.2.6 COMBATE	46
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	48
8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	49
9. ANEXOS.....	50
ANEXO I - AÇÕES INTEGRADAS DE EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO	50

ANEXO II – AÇÕES DE COMBATE	54
ANEXO III – PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS	57
ANEXO IV – FISCALIZAÇÃO	60
ANEXO V – SEÇÃO DE PLANEJAMENTO/UNIDADE DE SITUAÇÃO	62
ANEXO VI- ORGANOGRAMA GERAL	63
ANEXO VII- ORGANOGRAMA DO NÍVEL ESTRATÉGICO	64
ANEXO VIII- ORGANOGRAMA DO NÍVEL TÁTICO/OPERACIONAL - SCI	65
ANEXO IX- PLANO DE COMUNICAÇÕES DO INCIDENTE	66
ANEXO X- INFRAESTRUTURA NECESSÁRIA PARA FUNCIONAMENTO DA UNIDADE DE SITUAÇÃO.....	67
ANEXO XI- LISTA DE BAIROS DE RIO BRANCO, POR REGIONAL.....	68
ANEXO XII- MODELO DE RELATÓRIO DIÁRIO DAS AÇÕES DE FISCALIZAÇÃO E MONITORAMENTO DAS QUEIMADAS URBANAS NOS MUNICÍPIOS - 2011	71

1. CONTEXTO

Os eventos extremos têm sido cada vez mais frequentes em decorrência das mudanças climáticas, com a ocorrência de secas severas que deixam as florestas mais susceptíveis ao fogo e com grande risco de incêndios florestais, a exemplo do que ocorreu no Acre em 2005 e 2010.

Na Amazônia, o fogo é um dos instrumentos mais utilizados nas atividades produtivas, pela cultura do corte-queima para a limpeza de roçados e transformação da floresta em pastagem. O impacto ambiental das queimadas envolve a fertilidade dos solos, a destruição da biodiversidade, a fragilização de agroecossistemas, a destruição de linhas de transmissão, a qualidade do ar e de visibilidade, bem como aumento do risco de acidentes em estradas e a limitação do tráfego aéreo, dentre outros aspectos (ACRE, 2010).

Em 2005, no Acre, essa prática saiu do controle, atingindo grandes áreas florestais, emitindo grande quantidade de fumaça, impactando a qualidade do ar e a saúde da população, colocando o Estado do Acre em situação de emergência.

Segundo Brown e colaboradores (2006), a seca de 2005 foi a mais severa dos últimos 34 anos e colocou a prova à capacidade da sociedade em reagir a desastres ambientais. A baixa umidade relativa do ar, os ventos fortes, a alta temperatura e a ausência de chuvas, contribuíram para que ocorressem milhares de incêndios florestais no Estado. Foram estimados aproximadamente 250 mil hectares de florestas afetadas pelo fogo no Leste do Estado e milhões de reais em perdas econômicas, dados considerados conservadores pelos autores.

Posteriormente, Pantoja e Brown (2009), num processo de reavaliação das áreas afetadas pelo fogo no Leste do Estado, em 2005, indicaram estimativas de 337.000 ha a 417.000 ha para florestas impactadas por incêndios e 372.000 ha a 566.900 ha para áreas abertas queimadas.

Segundo Duarte (2006) o ano de 2005 evidenciou vários recordes no Estado, dentre os quais: o mês de janeiro foi o mais seco em 36 anos, houve o menor acúmulo de chuvas, com apenas 33% do esperado, representando um déficit de 214 mm, entre agosto e setembro aconteceram eventos de temperaturas máximas que superaram em 7 e 8 °C o valor da média da temperatura máxima para o mês e a umidade relativa atingiu valores extremos repetidos em torno de 30 %.

Os impactos da seca e dos incêndios florestais decorrentes foram de fundamental importância para as perspectivas futuras da sociedade regional. Mudanças climáticas induzidas por

atividades humanas, nas escalas regional e global, podem resultar em uma alteração da distribuição das chuvas e em um aumento de temperatura, especialmente na época seca. Estas mudanças podem, por sua vez, levar a alteração da frequência e da severidade das secas nas próximas décadas, tornando estes eventos mais comuns e aumentando a vulnerabilidade da sociedade à variabilidade climática (Brown et al., 2006).

Para evitar que as queimadas se transformem em incêndios florestais de grande porte pela baixa quantidade de água no solo, altas temperaturas, dentre outros aspectos, faz-se necessário o envolvimento das comunidades, nos níveis municipais, para as ações de resposta imediata, já que o contingente de bombeiros não é suficiente para atender todas as ocorrências no Estado.

Neste contexto, a elaboração do Plano Integrado de Prevenção as Queimadas e Controle aos Incêndios e sua implementação, através da Rede Estadual de Gestão de Riscos Ambientais, será de extrema importância.

2. PROBLEMÁTICA

Em 2006, IMAC, SEMA E IBAMA iniciaram ações coordenadas para prevenção, combate e alternativas ao fogo, através da criação de um Núcleo Estratégico, cujo objetivo foi o de operacionalizar o combate ao desmatamento e queimadas com ações interinstitucionais em parceria também com Corpo de Bombeiros Militar, Pelotão Florestal, Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Exército Brasileiro, Fundação de Ciência e Tecnologia do Acre - FUNTAC, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, Instituto de Terras do Acre - ITERACRE, Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal - IDAF, Secretaria de Estado de Assistência Técnica, Extensão Agroflorestal e Produção Familiar – SEAPROF; Secretaria de Estado de Agropecuária - SEAP, Secretaria de Estado de Floresta - SEF, Sistema de Proteção da Amazônia - SIPAM, dentre outros. Esta articulação culminou com a criação da Comissão Estadual de Gestão de Riscos Ambientais - CEGdRA em 2008, que veio para fortalecer e institucionalizar o processo iniciado em 2006.

Em 2010, o Estado decretou situação de alerta ambiental, através do Decreto nº 5.571/10, em razão dos desastres decorrentes da incidência de incêndios em florestas e das queimadas descontroladas no Acre, atendendo a uma recomendação da Comissão Estadual de Gestão de Riscos Ambientais. Verificou-se que houve um aumento de focos de calor de 123% em relação a 2008 e 587% se comparado com o ano de 2009 (Figura 1).

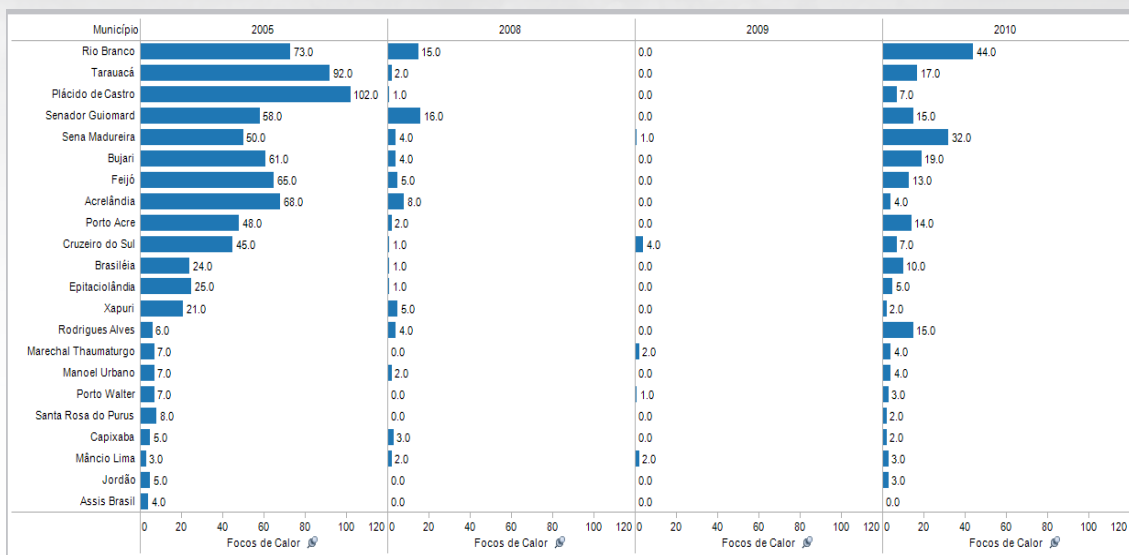


Figura 1. Comparativo do aumento de focos de calor entre os anos de 2005, 2008, 2009 e 2010 – INPE.

Fonte: SEMA-CEGdRA, 2010

Apesar das condições climáticas de seca e disponibilidade hídrica se apresentarem semelhantes à seca severa ocorrida em 2005, o número de focos de calor foram inferiores (Figura 2). Por outro lado o número de queimadas urbanas superou as de 2005. Em Rio Branco, das ocorrências do CIOSP, 738 foram registradas no período de 01 a 27.08.2010, enquanto em 2005 no mesmo período registraram-se apenas 188 ocorrências.

Apesar da coleta de lixo regular e de operações desenvolvidas pelo poder público municipal no período de estiagem, grande parte das queimadas na área urbana ainda é proveniente da queima de entulho e limpeza de terrenos baldios.

Além do dano ambiental, as queimadas urbanas trazem grandes prejuízos à saúde da população. De acordo com Gordo Neto (2009), a queima de 1 kg de folhas, galhos ou lixo, durante 10 minutos é suficiente para desencadear sintomas respiratórios e de pele nas pessoas a uma distância de até 500 metros do foco da queimada. Segundo o mesmo autor, quando a queima é de material inorgânico (plásticos, vinil, verniz, corante, embalagens sintéticas) há riscos de desencadear a morte das células formadoras do sangue, e ainda, câncer no fígado e na bexiga.

Dados do ano calendário obtidos de vários satélites no período de 2002 a 2010 mostram a situação dos focos de calor no Estado do Acre (Figura 2).

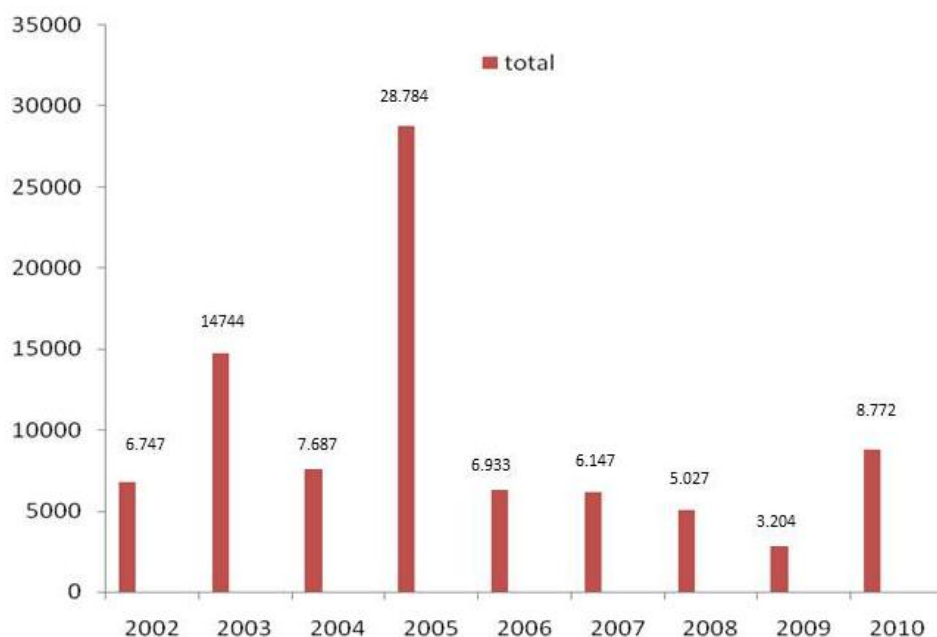


Figura 2. Evolução dos focos de calor no Estado do Acre de 2002 a 2010.

Fonte: INPE, 2010 (www.ceptec.inpe.br - queimadas)

Em 2005 foram registrados 28.784 focos de calor em todo o Estado do Acre, sendo os municípios de Rio Branco, Plácido de Castro e Acrelândia os mais (Quadro 1).

Quadro 1. Distribuição de focos de calor por município, em 2005.

Municípios	No. focos de calor	Municípios	No. focos de calor
Rio Branco	3.437	Capixaba	1.036
Plácido de Castro	3.147	Epitaciolândia	964
Acrelândia	3.078	Cruzeiro do Sul	680
Senador Guiomard	2.697	Manoel Urbano	358
Sena Madureira	2.678	Assis Brasil	357
Porto Acre	2.126	Rodrigues Alves	261
Brasiléia	1.934	Porto Walter	179
Xapuri	1.599	Marechal Thaumaturgo	164
Feijó	1.264	Mâncio Lima	152
Bujari	1.246	Santa Rosa do Purus	123
Tarauacá	1.230	Jordão	72
Total			28.784

Fonte: INPE (2011)

Destes focos o maior percentual de ocorrência foi nos assentamentos, seguidos pelas áreas particulares (Figura 3).

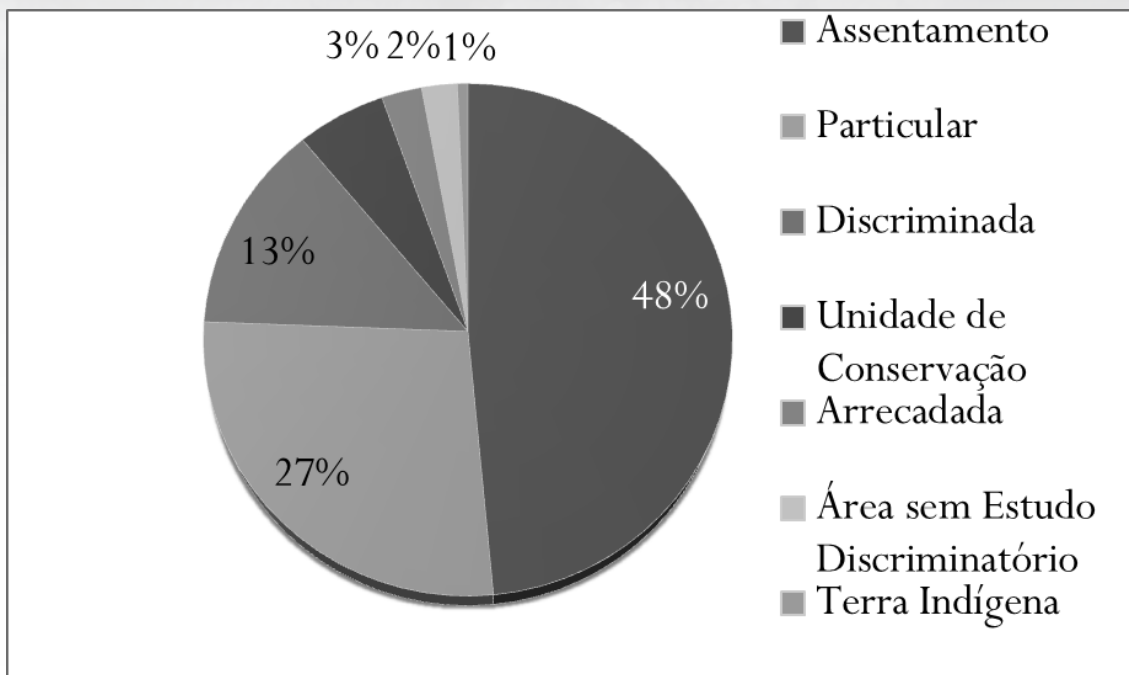


Figura 3. Distribuição dos focos de calor por classe fundiária no Estado do Acre, em 2005.

Fonte: INPE, 2010.

Na lista dos projetos de assentamento que mais queimaram em 2005 estão o PAD Pedro Peixoto com 5.421 focos de calor, o PAD Quixadá com 642 e o PAD Boa esperança com 532 focos em 2005.

Em 2010 o número de focos de calor reduziu substancialmente, chegando a 8772 focos, desta vez com destaque para Rio Branco, Sena Madureira e Feijó (Quadro 2).

Quadro 2. Distribuição de focos de calor por município, em 2010.

Municípios	no. focos de calor	Municípios	No. focos de calor
Rio Branco	1.158	Rodrigues Alves	329
Sena Madureira	1.038	Xapuri	272
Feijó	866	Capixaba	246
Tarauacá	586	Epitaciolândia	202
Acrelândia	535	Porto Walter	189
Porto Acre	504	Manoel Urbano	183
Bujari	446	Marechal Thaumaturgo	159
Plácido de Castro	418	Mâncio Lima	144
Brasiléia	416	Jordão	106
Senador Guiomard	412	Assis Brasil	99
Cruzeiro do Sul	397	Santa Rosa do Purus	67
Total			8.772

Fonte: INPE (2011)

Também em 2010, o maior percentual de ocorrência dos focos de calor foi nos assentamentos, seguido pelas áreas particulares (Figura 4). Na lista dos assentamentos destacaram o PAD Pedro Peixoto com 688 focos de calor, o PA Gal. Moreno Maia com 170 e o PAD Boa Esperança com 127.

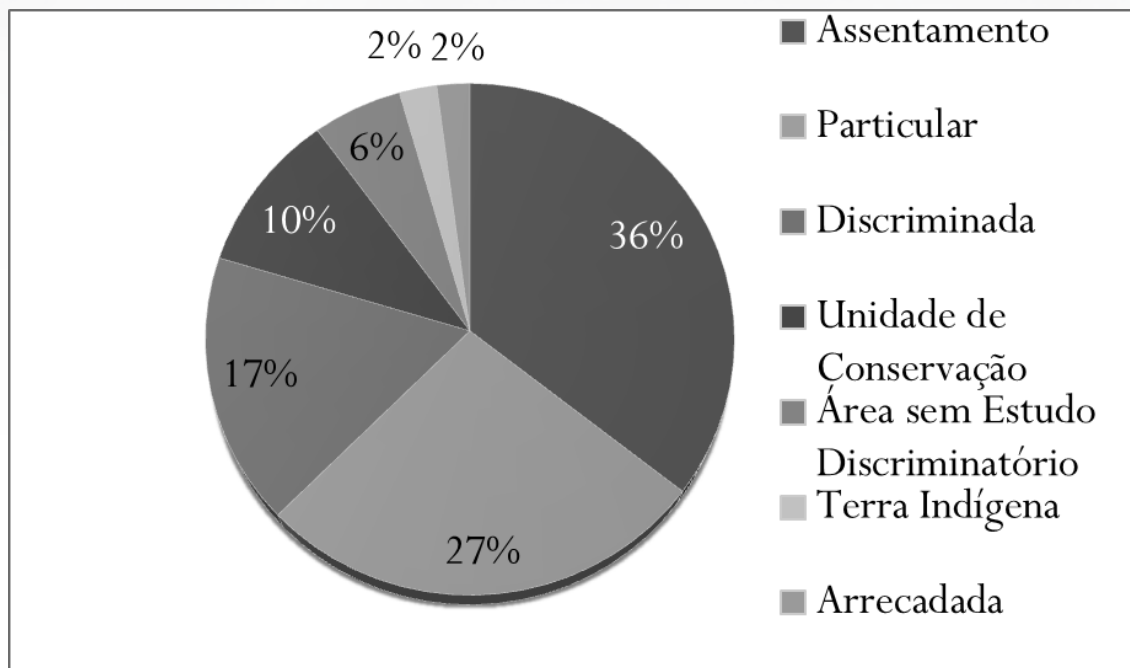


Figura 4. Distribuição dos focos de calor por classe fundiária no Estado do Acre em 2010.

Fonte: INPE, 2010.

Mapeamento elaborado pela Unidade Geral de Geoprocessamento – UCEGEO da FUNTAC indicaram 180.998,9 ha de áreas queimadas no Estado, com maior concentração na região Leste. Para 2010 as pesquisas não foram concluídas, mas os registros estão em torno de 168.686,5 ha em todo o Estado.

3. ASPECTOS LEGAIS E INSTITUCIONAIS

O Sistema Nacional de Defesa Civil, criado através do Decreto N° 5376/05, define que em caso de desastres, as atividades assistenciais e de recuperação são da responsabilidade do Município, cabendo ao Estado (Coordenadorias), e, posteriormente, à União as ações supletivas, quando comprovadamente empenhada à capacidade de atendimento da administração local.

A Constituição do Estado do Acre datada de 1989 indica que a segurança pública é exercida para a preservação da ordem e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através da

Polícia Civil e Militar e Corpo de Bombeiros Militar do Estado (Art. 131), sendo que ao Corpo de Bombeiros Militar incumbe a execução de atividades de Defesa Civil (Art. 136).

Em 2008 foi criada a Comissão Estadual de Gestão de Riscos Ambientais do Acre (CEGdRA) através do Decreto estadual 3415 de 12/9/2008 vinculada a Secretaria de Estado de Meio Ambiente – SEMA, tendo como Coordenador o Secretário de Estado de Meio Ambiente.

A CEGdRA tem como objetivos principais:

- Propor e avaliar programas, ações e atividades voltadas para a prevenção, controle e mitigação dos impactos decorrentes de queimadas, secas, desmatamentos, enchentes, acidentes com produtos químicos perigosos e outros eventos de riscos ao meio ambiente decorrentes das atividades antrópicas e dos efeitos das mudanças climáticas globais.
- Colaborar com a elaboração e gerenciar a implementação do Plano Estadual de Gestão de Riscos Ambientais;
- Identificar demandas relacionadas à gestão de riscos;
- Propor e avaliar planos de programas, ações e atividades voltadas para a gestão de riscos;
- Promover a educação, a capacitação e a divulgação a respeito da gestão de riscos;
- Estruturar e fortalecer a integração da sociedade;
- Realizar gestões de forma a prover a dotação orçamentária necessária;
- Promover mecanismos para alimentação, atualização e disponibilização de sistemas de informação para subsidiar a gestão de riscos no Estado.

Com o intuito de priorizar ações que conduzam à prevenção, preparação e resposta rápida às emergências ambientais, envolvendo enchentes, queimadas descontroladas, incêndios florestais, secas severas, desmatamento, acidentes com produtos químicos perigosos e outros foram propostos os eixos programáticos, com ações e atividades agrupadas em três objetivos gerais:

- **Conhecer o risco ou prevenção;**
 1. Promoção do desenvolvimento do conhecimento e da avaliação de riscos (ameaças e vulnerabilidades);
 2. Fortalecimento institucional para a redução e a previsão dos fatores de risco.

- **Reduzir o risco ou preparação;**

3. Formação de recursos humanos, educação e capacitação em temas de gestão de riscos dirigidos a membros da comissão e a comunidade.

- **Enfrentamento do risco ou resposta rápida**

1. Melhoramento das práticas e mecanismos para um alerta precoce e respostas.

3.1 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA CEGDRA

A CEGdRA é constituída por 26 membros e três Câmara Técnicas e Grupos de Trabalho quando as situações de riscos o exigirem (Figura 5):

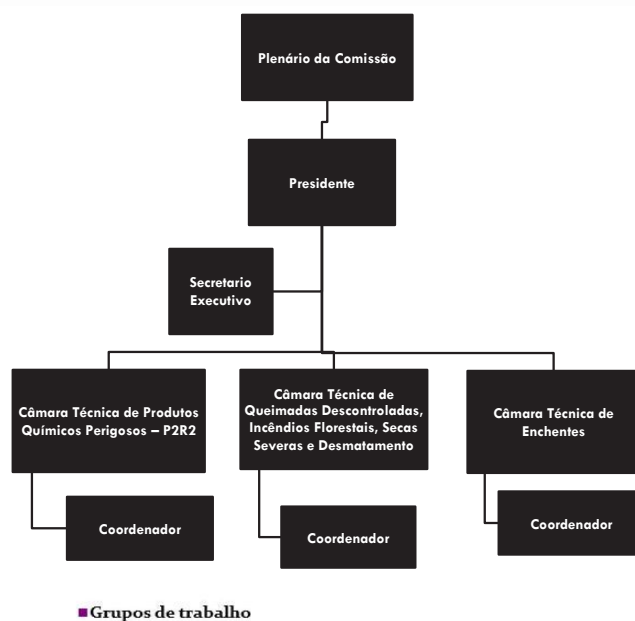


Figura 5. Estrutura da Comissão Estadual de Riscos Ambientais - CEGdRA

Instituições membros da Comissão Estadual de Riscos Ambientais – CEGdRA, segundo o Decreto 3.415 de 12.09.2008.

1. Secretaria de Estado do Meio Ambiente – SEMA
2. Secretaria Estadual de Educação – SEE
3. Secretaria Estadual de Saúde – SESACRE
4. Secretaria de Assistência Técnica, Extensão Agroflorestal e Produção Familiar – SEAPROF
5. Secretaria Estadual de Obras Públicas – SEOP
6. Secretaria de Estado de Planejamento – SEPLAN
7. Instituto de Meio Ambiente do Acre – IMAC

8. Instituto de Terras do Acre – ITERACRE
9. Defesa Civil Estadual-CEDEC
10. Defesa Civil do Município de Rio Branco - COMDEC
11. Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Acre-CBMAC
12. Fundação de Tecnologia do Estado do Acre-FUNTAC
13. Departamento de Estradas e Rodagens do Estado do Acre-DERACRE
14. Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis-IBAMA
15. Universidade Federal do Acre-UFAC
16. Ministério Público do Estado do Acre-MPE
17. Centro de Pesquisa Agroflorestal do Acre - EMBRAPA ACRE
18. Exército Brasileiro (4º BIS e 7º BEC)
19. Polícia Rodoviária Federal - PRF
20. Federação das Indústrias do Estado do Acre-FIEAC
21. Departamento de Pesos e Medidas, Marcas e Patentes-SDCT
22. Polícia Militar / Companhia de Policiamento Ambiental – CPAMB
23. Instituto de Defesa Agropecuária de Florestal do Acre-IDAF
24. Federação de Trabalhadores em Agricultura do Acre-FETACRE; e
25. Procuradoria-Geral do Estado do Acre-PGE/AC.

Outras instituições solicitaram oficialmente o ingresso na CEGdRA em 2011, dentre as quais: Instituto de Pesquisas Ambientais da Amazônia-IPAM, Woods Hole Research Center-WHRC, Instituto de Mudanças Climáticas e Provisão de Serviços Ambientais - IMC, Instituto de Colonização e Reforma Agrária-INCRA, Secretaria de Estado de Floresta - SEF, Instituto Federal do Acre-IFAC e Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Rio Branco-SEMEIA.

Composição das Câmaras temáticas:

Câmara de Produtos Químicos Perigosos – P2R2

Membros Efetivos		Parceiros	
SEMA	Exército Brasileiro	SEAPROF	SEFAZ
IMAC	SEPLAN	SAFRA	-
CEDEC	PGE/AC	MAPA/SFPA	-
Corpo de Bombeiros	DERACRE	SEE	-
SESACRE	FIEAC	UFAC	-
IDAF	SEOPH	FUNTAC	-
PRF	SDCT	MPE	-
CIATRAN	SEAP	IDAF	-

Câmara de Queimadas descontroladas, incêndios florestais, secas severas e desmatamento;

Membros do Comitê do Fogo		Membros da Câmara de Queimadas
FUNTAC	FAEAC	EMBRAPA
IMAC	FETACRE	SESACRE
Companhia de Policiamento Ambiental	FIEAC	COMDECs
Corpo de Bombeiros e Defesa Civil Estadual	INFRAERO	SEF
IBAMA	GTA	SEAPROF
SEMEIA	INCRA	SEAP
Exército Brasileiro	-	SEE
	-	SEMA

OBS: O Comitê de Fogo ficou incorporado à Câmara de Queimadas.

Câmara de Enchentes.

Membros Efetivos	Parceiros	
SEMA	IBAMA	UFAC
CEDEC	Exército Brasileiro	IMAC
COMDEC – Rio Branco	PGE/AC	MPE
Corpo de Bombeiros Militar - CBMAC	DERACRE	COMDECs
SESACRE	FIEAC	-
FUNTAC-UCGEO	ITERACRE	-
SEPLAN	FETACRE	-
SEDSS	SEE	-

OBS: Dada a importância social estratégica da SEDS, esta foi convidada para ser membro efetivo da Câmara de Enchentes.

3.2 ATRIBUIÇÕES DAS INSTITUIÇÕES EXECUTORAS

SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE - SEMA

- Coordenar a Comissão Estadual de Gestão de Riscos Ambientais - CEGdRA;
- Articular esforços para reunir condições mínimas de operacionalidade do Plano Integrado de Prevenção, Controle e Combate a Queimadas e Incêndios Florestais;
- Monitorar e analisar os dados de focos e calor e áreas queimadas para determinar áreas de riscos, bem como apoiar a fiscalização e o planejamento de ações de educação ambiental, juntamente com a FUNTAC/UCEGEO, IMAC, IBAMA, MPE, SEAPROF, dentre outros;
- Realizar o monitoramento, análise das condicionantes hidrometeorológicas e o desenvolvimento de estudos e pesquisas, em parceria com a FUNTAC/UCEGEO, e outros órgãos afins, que permitam determinar áreas de riscos e suas vulnerabilidades;
- Disponibilizar dados e divulgar informações, em articulação com as agências de informações do Estado, para sensibilização da sociedade, bem como para apoiar as ações de combate dos bombeiros;
- Realizar, em parceria com IMAC, IBAMA e instituições afins o treinamento dos membros da Rede Integrada de Gestão de Riscos Ambientais, em especial os membros das associações de produtores rurais e extrativistas;
- Implementar as medidas relativas às situações de alerta definidas no presente Plano;
- Atuar no sentido de ampliar a capilaridade do Estado, através da presença mais constante das instituições estaduais com afinidade ao tema, junto às comunidades rurais e extrativistas, em especial as responsáveis pela extensão rural;
- Viabilizar a execução de cursos de queima controlada para multiplicadores e capacitação de brigadistas nas regiões com maior ocorrência de incêndios, em parceria com Corpo de Bombeiros, Defesa Civil, IBAMA, IMAC e outros;
- Articular junto aos órgãos competentes a suplementação orçamentária para a implementação das ações de prevenção e combate a incêndios florestais no Estado;
- Divulgar interna e externamente o Plano de Prevenção, Controle e Combate às Queimadas e aos Incêndios Florestais do Estado do Acre.

INSTITUTO DE MEIO AMBIENTE DO ACRE – IMAC

- Realizar a fiscalização das ações de riscos, em parceria com o IBAMA;
- Planejar, em conjunto com os demais órgãos integrantes da CEGdRA, a prevenção de situações de risco para populações ou propriedades;
- Apoiar as operações de combate aos incêndios florestais, quando necessárias;
- Articular com os órgãos afins a capacitação de recursos humanos sobre prevenção e combate a incêndios florestais e queimadas comunitárias (controladas);
- Apoiar a formação de brigadas e capacitar os brigadistas em parceria com as demais instituições (COMDEC, CEDEC, CBMAC, SEAPROF, SEF e SEMA);
- Articular com as instituições pertinentes (IBAMA, ICMBio, IMAC) para que as áreas protegidas do Estado (Unidades de Conservação-UCs, Assentamentos diferenciados, Terras Indígenas, Áreas de Proteção Ambiental-APPs e nascentes) tenham fiscalização constante, sensibilização da população e aplicação de multas aos que não observarem a lei.
- Divulgar interna e externamente o Plano de Prevenção, Controle e Combate às Queimadas e aos Incêndios Florestais do Estado do Acre.

FUNDAÇÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ACRE E UNIDADE CENTRAL DE GEOPROCESSAMENTO - FUNTAC/UCEGEO

- Realizar o monitoramento diário das queimadas no Estado, bem como a emissão de relatórios e gráficos para subsidiar as equipes de planejamento e fiscalização, através da Unidade de Situação, em parceria com a SEMA e a Coordenadoria Estadual de Defesa Civil Estadual;
- Fornecer dados e informações relativos ao tema (mapas, carta-imagens, focos de calor, desmatamento, criticidade, dentre outros) destinadas à orientação das ações do Corpo de Bombeiros, das Defesas civis estadual e municipais e dos demais órgãos executores;
- Apoiar a implementação das medidas relativas às situações de alerta definidas no presente Plano;
- Divulgar interna e externamente o Plano de Prevenção, Controle e Combate às Queimadas e aos Incêndios Florestais do Estado do Acre.

COORDENADORIA ESTADUAL DA DEFESA CIVIL - CEDEC

- Consolidar os objetivos de prevenção e resposta a desastres em interação com os Órgãos Estaduais, Municipais e Federais de Defesa Civil, buscando a pronta resposta nas eventuais necessidades de intervenção;
- Articular com órgãos governamentais e não governamentais, federais, estaduais e municipais, criando condições de sensibilização, prevenção e orientação para redução das estatísticas de focos de calor no Estado;
- Coordenar, antes do período proibitivo, a implantação de condições para que as ações e operações de Prevenção às Queimadas e Combate a Incêndios Florestais sejam eficientes e eficazes;
- Apoiar e participar da fiscalização de queimadas e qualquer tipo de alteração antrópica detectada, bem como apoio aos trabalhos de pesquisa de campo relacionados com sensoriamento remoto e fiscalização de queimadas e incêndios florestais;
- Apoiar a implantação e dinâmica de trabalho de brigadas de incêndios florestais nos municípios, capacitando os produtores rurais e extrativistas nas cinco regionais do Estado, em parceria com a SEAPROF;
- Apoiar, articuladamente, com a Assessoria Indígena, a formação, o desenvolvimento e a disseminação das brigadas indígenas do Estado;
- Articular junto aos órgãos competentes a suplementação orçamentária para a implementação das ações de prevenção e combate a incêndios florestais no Estado;
- Divulgação interna e externa do Plano de Prevenção, Controle e Combate às Queimadas e aos Incêndios Florestais do Estado do Acre.

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DO ACRE – CBMAC

- Coordenar e executar as operações de combate às queimadas descontroladas e aos incêndios florestais;
- Estabelecer, quando possível, posto de comando na Administração da Unidade de Conservação onde estiver ocorrendo a operação de combate, preferencialmente se baseando na metodologia de Sistemas de Comando de Incidentes – SCI;

- Apoiar a formação de brigadas e capacitar os brigadistas em parceria com as demais instituições (COMDEC, CEDEC, SEAPROF, SEF, IBAMA, IMAC e SEMA);
- Coordenar, articuladamente com o setor de capacitação da Secretaria de Estado do Meio Ambiente, IMAC e SEAPROF, o planejamento, a programação e a execução dos cursos de nivelamento, de especialização, de formação para os públicos alvos propostos;
- Apoiar os demais órgãos executores nas ações de prevenção aos incêndios florestais;
- Divulgação interna e externa do Plano de Prevenção, Controle e Combate às Queimadas e aos Incêndios Florestais do Estado do Acre.

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO ACRE – COMPANHIA DE POLICIAMENTO AMBIENTAL

- Apoiar o controle e o combate aos incêndios florestais, quando solicitados pelo Corpo de Bombeiros e/ou pela Defesa Civil.
- Apoiar ações de fiscalização e controle nas áreas de difícil acesso, em especial nas áreas de fronteira;
- Divulgar interna e externamente o Plano de Prevenção, Controle e Combate às Queimadas e aos Incêndios Florestais do Estado do Acre.

MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL – MPE

- Articular-se com os órgãos executores, autoridades e órgãos públicos visando assegurar a observância, aplicação e execução dos preceitos legais nas questões do Meio Ambiente, conforme disposto nas leis federais e estaduais;
- Fortalecer o papel do Ministério Público na responsabilização de atos ilegais de queimadas e incêndios florestais;
- Divulgar interna e externamente o Plano de Prevenção, Controle e Combate às Queimadas e aos Incêndios Florestais do Estado do Acre.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA

- Realizar a fiscalização ambiental, em parceria com o IMAC;
- Planejar, em conjunto com os demais órgãos integrantes da CEGdRA, a prevenção de situações de risco para populações ou propriedades;

- Realizar operações de combate aos incêndios florestais, por meio das brigadas do PREVFOGO em municípios críticos (Cruzeiro do Sul e Sena Madureira);
- Apoiar as operações de combate aos incêndios florestais coordenadas por outras instituições, quando necessário;
- Treinar e equipar comunidades que manifestarem interesse, em parceria com outras instituições (CBMAC, IMAC, SEMA), para a prevenção e o combate ao fogo;
- Articular com as instituições pertinentes (ICMBio e IMAC) para que as áreas protegidas do Estado (UCs, Assentamentos diferenciados, Terras Indígenas, APPs e nascentes) tenham fiscalização constante, sensibilização da população e aplicação de multas aos que não observarem a lei.
- Realizar ações de sensibilização e divulgação quanto ao uso legal do fogo, alternativas ao uso do fogo e ações de educação ambiental.
- Divulgar interna e externamente Plano de Prevenção, Controle e Combate às Queimadas e aos Incêndios Florestais do Estado do Acre.

SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA, EXTENSÃO AGROFLORESTAL E PRODUÇÃO FAMILIAR - SEAPROF

- Mobilização dos produtores rurais e extrativistas para capacitação, palestras;
- Fornecer apoio logístico para os trabalhos da CEGdRA (dia de campo para formação de brigadas nas comunidades);
- Fornecer Assistência técnica com orientação nas escolas e nas Associações Rurais sobre alternativas ao uso do fogo (Programa de Certificação, PDCs);
- Promover atividades relacionadas a práticas sustentáveis como alternativa ao uso do fogo (Anexo III).

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE – SESACRE - VIGIAR – VIGILÂNCIA EM SAÚDE AMBIENTAL RELACIONADA À QUALIDADE DO AR

De modo geral a SESACRE tem, dentre as suas várias atribuições, as seguintes:

- Fornecer apoio logístico para as ações de combate;
- Apoiar a formação e capacitação de brigadistas em atendimento pré-hospitalar – APH, em parceria com as demais instituições (COMDEC, CBMAC, CEDEC, SEAPROF, SEF, IBAMA, IMAC e SEMA).

O Sistema **VIGIAR** – Vigilância em Saúde Ambiental relacionada à qualidade do ar atua nas Áreas de Atenção Ambiental Atmosférica de Interesse para a Saúde, em localidades onde as populações estão expostas aos poluentes atmosféricos provenientes de fontes fixas, fontes móveis, de atividades de mineração ou em decorrência da queima de biomassa.

No estado do Acre, o campo de atuação dar-se-á prioritariamente em:

- Áreas sob a influência de queimadas;
- Áreas sob a influência de incêndios florestais.

Uma estratégia importante para o Programa VIGIAR está representada pela implantação de Unidades Sentinela. Essas unidades permitem conhecer a situação de saúde da localidade em tempo real e apresentam sensibilidade suficiente para detectar mudanças que venham modificar essa situação, propiciando subsídios para a tomada de decisões. Em nosso Estado temos implantadas Unidades Sentinela nos municípios de Rio Branco, na UPA 2º Distrito; no município de Senador Guimard, no Hospital Dr. Ary Rodrigues; e no município de Xapuri, no Hospital Epaminondas Jácome.

AÇÕES DESENVOLVIDAS EM SITUAÇÃO DE ALERTA ÀS QUEIMADAS PELO SESACRE/VIGIAR

- Monitoramento diário de todos os agravos respiratórios;
- Monitoramento diário das Unidades Sentinela do Programa VigiAr que possuem como indicador o nº de crianças < 5 anos atendidas com sintomas respiratórios relacionados à poluição atmosférica;
- Elaboração de nota técnica e de folder informativo em parceria com a Vigilância Epidemiológica Estadual, objetivando informar as escolas e população em geral as condições atmosféricas atuais, disponibilizando e analisando informações provenientes do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE, bem como recomendar ações de proteção e promoção da saúde e prevenção de agravos e doenças ocasionadas ou agravadas por impactos atmosféricos;
- Informativo diário da situação de alerta do setor saúde às instituições parceiras;
- Elaboração de Boletim Informativo em parceria com Vigilância Epidemiológica Estadual, SEMA e Defesa Civil.

INSTITUIÇÕES DE APOIO DIRETO

São instituições que se responsabilizarão pelo fornecimento de logística para viabilização das operações de controle e combate, com fornecimento de base para alojamento das equipes, da

alimentação, combustível, carros e motoristas e em algumas circunstâncias recursos humanos para combate. Dentre elas estão:

POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL

Colaborar nas ações de sensibilização, educação e fiscalização ambiental, em parceria com os órgãos executores e de apoio;

Informar ao Corpo de Bombeiros Militar qualquer queimada ou foco de incêndio florestal constatado ao longo do eixo das principais estradas e entorno;

Divulgar interna e externamente o Plano Integrado de Prevenção, Controle e Combate a Queimadas e Incêndios Florestais.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA

Fornecer dados e informações dos Assentamentos de Reforma Agrária (no. de famílias, localização, modalidades, dentre outros); Promover assistência técnica aliada a sensibilização e assessoria ambiental, educação ambiental aos assentados; Incentivo aos projetos de reflorestamento e recuperação de áreas alteradas; fornecer apoio logístico para as ações de combate nos assentamentos.

INSTITUTO DE TERRAS DO ACRE - ITERACRE

Fornecer dados e informações fundiárias para as ações relacionadas ao tema; fornecer apoio logístico para as ações de combate.

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS E RODAGEM DO ESTADO DO ACRE - DERACRE

Fornecer apoio logístico para as ações de combate; abertura e manutenção de ramais.

SECRETARIA DE ESTADO DE FLORESTA - SEF

Fornecer apoio logístico para as ações de combate.

EXÉRCITO BRASILEIRO (4º. BIS)

Apoio ao combate junto a Força Tarefa, nas ocasiões de emergência.

PREFEITURAS MUNICIPAIS E SUAS RESPECTIVAS COORDENAÇÕES DE DEFESA CIVIL - COMDECs

Apoiar logisticamente as ações de prevenção e combate nas suas localidades.

SINDICATOS E ASSOCIAÇÕES DE PRODUTORES RURAIS E EXTRATIVISTAS

Participar do processo de articulação social local, em especial na zona rural para ações de prevenção, educação e combate às queimadas e aos incêndios florestais.

INSTITUIÇÕES DE APOIO EVENTUAL

São os demais órgãos públicos, federais ou locais, as empresas de iniciativa privada e a sociedade civil organizada que poderão participar do Plano, dentro de suas próprias atribuições, como órgãos de apoio eventual, cooperando nas seguintes atividades:

- I. campanhas educativas e de divulgação das ações relacionadas ao Plano;
- II. apoio à vigilância, comunicando à SEMA, ao Corpo de Bombeiros Militar e a Polícia Militar, sempre que forem observadas queimadas e incêndios florestais;
- III. Apoio ao desenvolvimento de pesquisa.

INSTITUTO DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS – IMC - regulação, controle e registro dos Planos de Ação e Projetos de Incentivos a Serviços Ambientais no âmbito do Sistema Estadual de Incentivos a Serviços Ambientais – SISA Lei, 2.308/2010.

INSTITUTO DE PESQUISA DA AMAZÔNIA - IPAM: pesquisa, monitoramento, articulação, capacitação e divulgação de informação na área de gestão de riscos ambientais.

INSTITUTO TÉCNICO FEDERAL DO ACRE - IFAC: pesquisa, capacitação na área de gestão de riscos ambientais.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE - UFAC: pesquisa e capacitação na área de gestão de riscos ambientais.

Centro de Pesquisa Agroflorestal do Acre - EMBRAPA: pesquisa na área de gestão de riscos ambientais.

WOODS HOLE RESEARCH CENTER – WHRC: pesquisa na área de gestão de riscos ambientais e mudanças climáticas.

EMPRESAS DE INICIATIVA PRIVADA

SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA (ONGS)

DEMAIS ÓRGÃOS PÚBLICOS DO ESTADO E DOS MUNICÍPIOS (FIEAC, SEOP, SEPLAN, SEAP, dentre outros).

REDE INTEGRADA DE GESTÃO DE RISCOS AMBIENTAIS

A Rede Integrada de Gestão de Riscos Ambientais é composta pelos representantes das Secretarias de Meio Ambiente e Agricultura e das Coordenadorias das Defesas Cíveis Municipais - COMDECs dos 22 municípios do Estado, bem como das Associações de Produtores Rurais e Extrativistas das cinco regionais político-administrativas do Estado, articulada pela Coordenadoria Estadual de Defesa Civil – CEDEC, além dos membros da Comissão Estadual de Gestão de Riscos Ambientais - CEGdRA.

Municípios com Coordenadorias de Defesa Civil – COMDECs criadas:

- 1- Assis Brasil – Decreto nº 003 de 07.03.1980
- 2 - Brasília – Decreto nº181 de 05/03/1981
- 3 - Xapuri– Lei nº 02 de 18.11.1983
- 4 - Plácido de Castro – Lei nº 29 de 10.10.1983
- 5 - Senador Guimard – Decreto nº 008 de 26.09.1983
- 6 - Rio Branco – Lei nº 464 de 21.10.1983
- 7 - Sena Madureira – Decreto nº 042 de 30.12.1983
- 8 - Manuel Urbano – Lei nº 10 de 02.01.1984
- 9 - Feijó – Lei nº 002 de 09.12.1983
- 10 - Tarauacá – Lei nº 008 de 09.12.1983
- 11 - Cruzeiro do Sul – Lei nº 006 de 20.12.1983
- 12 - Mâncio Lima – Lei nº 39 de 31.12.1983
- 13 - Porto Acre – Lei nº 090 de 09.03.1998
- 14 - Bujari – Lei nº 170 de 12.11.1998
- 15 - Epitaciolândia – Lei nº 147 de 06.04.2001
- 16 - Acrelândia – Decreto nº 026 de 02.09.2006
- 17 - Capixaba – Decreto nº 014 de 10.07.2006
- 18 - Jordão – Decreto nº 002 de 18.01.2008
- 19 - Porto Valter – Decreto nº 021 de 17.01.2008
- 20 - Marechal Thaumaturgo – Decreto nº 01.12.2008
- 21 – Santa Rosa do Purus - Decreto nº 02/2010 – 02.09.2010

Obs: Apenas o município de Rodrigues Alves não possui COMDEC.

Planos de Contingência e Planos Operacionais

A Defesa Civil Estadual deverá articular-se com o Corpo de Bombeiros, o Ministério Público, a Unidade Central de Geoprocessamento - UCEGEO e a SEMA para realização dos Planos de Contingência dos municípios o mais urgente possível.

4. OBJETIVOS DO PLANO

4.1 GERAL

Promover a integração das instituições federais, estaduais, municipais, da iniciativa privada, bem como da sociedade em geral para o desenvolvimento de ações de prevenção, controle e combate às queimadas e aos incêndios florestais no Estado do Acre, de forma a reduzir e minimizar os danos (humanos, materiais e ambientais) e prejuízos (econômicos e sociais) ao meio ambiente e a população.

4.2 ESPECÍFICOS

- Promover ações preventivas e de combate aos incêndios florestais no Estado e estimular a prática de ações alternativas ao desmatamento e queimadas;
- Intensificar a presença do Estado, com a educação e a fiscalização ambiental para maior sensibilização das comunidades quanto aos riscos e prejuízos resultantes;
- Implementar o Sistema de Prevenção, Controle e Combate às Queimadas e aos Incêndios Florestais, com a implantação da Rede Integrada de Gestão de Riscos Ambientais com participação das prefeituras e associações de trabalhadores rurais e extrativistas;
- Integrar, coordenar e articular as ações preventivas e de combate às queimadas e aos incêndios florestais, através de parcerias com os municípios, instituições e comunidades, visando a implementação das ações deste Plano;
- Promover e programar as ações de prevenção e combate às queimadas e incêndios florestais nas cinco regionais administrativas do Estado;
- Utilizar os Planos Operativos de prevenção e combate a incêndios florestais das instituições Representantes da CEGdRA e das Prefeituras para o combate em Terras Indígenas e Unidades de Conservação do Acre.

- Propor procedimentos e normas específicas que contribuam para a efetivação das ações propostas.

5. NÍVEIS DE PLANEJAMENTO

Planejar é antes de tudo, uma necessidade primordial para alcançarmos um objetivo. A complexidade de todo sistema exige um planejamento prévio e essa necessidade fica mais evidente quando tratamos de ações que envolvem diversas instituições e órgãos, sejam das esferas Federal, Estadual e Municipal.

A elaboração deste plano foi dividida em três níveis distintos, para melhor compreensão: o estratégico, o tático e o operacional.

5.1 NÍVEL ESTRATÉGICO

Este nível engloba as ações de impacto mais amplo, profundo e duradouro, levando em conta a tendência sociocultural e suas decisões possuem um forte cunho político-social. Essas ações estratégicas representam definições primordiais, básicas, as quais deverão estar calcadas nas decisões a serem tomadas nos demais níveis.

Ações: definir política de prioridade; disponibilizar os recursos financeiros necessários; definir a política de Estado para o enfrentamento às questões.

Envolvidos: Governador, Vice-Governador, Chefe da Casa Civil, Secretário Articulação Institucional-SAI, Procurador-Geral de Estado, Secretário de Estado de Planejamento, Secretário de Estado da Fazenda, Secretário de Estado do Meio Ambiente, Secretária de Estado de Saúde, Secretário de Estado de Segurança, Superintendente Regional do Acre do IBAMA/ACRE, Superintendente Regional do INCRA/ACRE, Presidente do Instituto de Meio Ambiente do Acre, Comandante-Geral do Corpo de Bombeiros Militar e Coordenador Estadual de Defesa Civil.

Atribuições: SEMA / CBMAC / CEDEC / IMAC - Apresentar suas estratégias e táticas para o enfrentamento às adversidades, atualizando-as a cada reunião.

5.2 NÍVEL TÁTICO

Neste nível serão traduzidas as decisões estratégicas em ações a serem aplicadas pelos diversos atores participantes deste plano. Cada integrante da CEGdRA deve ter seu Plano

Operacional específico, os quais buscarão adequar suas ações às definidas no nível estratégico.

Ações: definir atividades a serem realizadas por cada membro da Comissão; programar taticamente as tarefas definidas; avaliar as táticas empregadas no ano anterior, redefinir as táticas para o ano seguinte, conforme o caso.

Envolvidos: todos os membros da CEGdRA.

Atribuições: atores diretos nas áreas de prevenção, fiscalização/controle e combate (**Anexos I, II, III, IV e V**).

5.3 NÍVEL OPERACIONAL

Neste nível são planejados os esforços empreendidos em cada atividade, as quais deverão ser revisadas periodicamente. Este nível é a manifestação concreta do processo de planejamento, suas decisões são eminentemente técnicas.

- a) **Áreas de atuação:** o campo de abrangência do plano envolve o aspecto territorial e atividades desempenhadas.

Este plano contempla todo Estado do Acre que compreende uma área territorial de 164.221,36 Km², dividida em cinco regionais político-administrativas, a saber: Regional do Baixo Acre, que compreende os municípios de Rio Branco, Senador Guiomar, Porto Acre, Bujari, Capixaba, Acrelândia e Plácido de Castro; Regional do Alto Acre, que compreende os municípios de Epitaciolândia, Brasiléia, Assis Brasil, Xapuri; Regional do Purus, que compreende os municípios de Sena Madureira, Manoel Urbano e Santa Rosa do Purus; Regional Tarauacá/Envira, que compreende os municípios de Tarauacá, Feijó e Jordão; e Regional do Juruá, que compreende os municípios de Cruzeiro do Sul, Rodrigues Alves, Mâncio Lima, Porto Walter e Marechal Thaumaturgo.

No desenvolvimento do plano todas as regiões serão monitoradas constantemente pela unidade de situação da seção de planejamento. As áreas serão analisadas pelas circunstâncias apresentadas, devendo receber uma atenção especial no que se refere à fiscalização, controle e/ou combate aos incêndios florestais.

- b) **Atividades**

Os eventos de atenção deste plano compreendem as queimadas controladas ou descontroladas, as queimadas urbanas e os incêndios florestais, segundo os conceitos:

- **INCÊNDIO FLORESTAL** é todo fogo sem controle que incide sobre qualquer forma de vegetação, podendo ter sido provocado pelo homem (intencional ou por negligência) ou por fonte natural (raio).
- **QUEIMADA** é o fogo decorrente de prática agropastoril ou florestal, onde é utilizada de forma controlada, atuando como fator de produção.
- **QUEIMADA URBANA:** prática usada pela comunidade residente na área urbana para limpeza de terrenos e queima de entulhos.

c) **Organização**

O Plano estabelece uma estratégia de ação para otimizar os recursos existentes e especifica os recursos necessários, identificando **quando, como e por quem** deverão ser prevenidos, controlados/combatedos e fiscalizados os incêndios florestais e as queimas ilegais, em articulação com as diversas instituições governamentais e não governamentais afetas à questão e integradas com a comunidade.

A complexidade e o aspecto multidisciplinar que envolve as questões de queimadas e incêndios florestais requerem uma gestão integrada, com um **Comando Unificado** a fim de otimizar os recursos existentes, e que todos os envolvidos atuem em busca de um objetivo comum. Para tanto, será adotado o **Sistema de Comando de Incidente - SCI**, por se tratar de uma ferramenta de gerenciamento padronizada para todos os tipos de sinistros, que permite a seu usuário adotar uma estrutura organizacional integrada, para suprir as complexidades e demandas de incidentes únicos ou múltiplos, independentes das barreiras jurisdicionais.

O detalhamento das ações encontra-se nos organogramas anexos:

- Organograma Geral (Conforme Anexo VI)
- Organograma Estratégico (Conforme Anexo VII)
- Organograma Tático/Operacional (Conforme Anexo VIII)

6. PLANO DE AÇÃO

6.1 COMUNICAÇÃO

Trata-se da divulgação do problema, efetivação do Comando Unificado, acionamento do staff (informações e ligação) e da Seção de planejamento /Unidade de Situação, divulgação interna na sala de situação para acionar a Rede e divulgação para a sociedade em geral.

A comunicação é um dos fatores primordiais para o sucesso das operações, principalmente quando há vários órgãos no sistema, como é o caso da CEGdRA. Sendo assim a Rede de Comunicação que será usada no Plano Integrado de Prevenção, Controle e Combate as

Queimadas e aos Incêndios Florestais no Acre será desenvolvida dentro de uma estrutura em que:

- as comunicações são estabelecidas sob um único plano;
- utiliza-se a mesma terminologia;
- os canais e frequências são comuns ou interconectados;
- as redes de comunicação são estabelecidas dependendo do tamanho e complexidade do evento.

O Plano de comunicação prevê o estabelecimento das seguintes redes de comunicação:

A.1. Rede Estratégica

Acionada pelo Governador do Estado, quando julgar necessário para tomada de decisão de ordem político-social relacionada às questões ambientais, seja prevenção ou combate aos incêndios florestais. Esta rede será privativa na troca de informações.

A.2. Rede de Comando

Nessa rede, estarão integradas as funções: comandante do incidente, o *staff* de comando (Segurança, Informações e Ligação) e o *staff* geral (Operações, Logística, Planejamento e Administração e Finanças).

A.3. Rede Tática

Nessa rede serão montadas tantas redes quantas forem necessárias, de modo que permita uma conversação entre um mesmo setor ou seção e serão divididas por áreas de atuação em todas as regionais do Estado.

- Regional do Baixo Acre: Rio Branco, Senador Guiomar, Porto Acre, Bujari, Acrelândia, Capixaba e Plácido de Castro;
- Regional do Alto Acre: Epitaciolândia, Brasiléia, Assis Brasil, Xapuri;
- Regional do Purus: Sena Madureira, Manoel Urbano e Santa Rosa do Purus;
- Regional Tarauacá/Envira: Tarauacá, Feijó e Jordão; e
- Regional do Juruá: Cruzeiro do Sul, Rodrigues Alves, Mâncio Lima, Porto Walter e Marechal Thaumaturgo.

A.4. Rede Administrativa

Para que não haja uma interferência nas comunicações operacionais, será estabelecida esta rede para tratar de assuntos relacionados a suporte logístico.

A.5. Rede Terra - Ar

Estabelecida para o controle das operações com necessidades do uso de aeronaves, seja para o transporte de pessoal, seja para sobrevoos de reconhecimento, seja para atuar no combate aos incêndios.

A.6. Rede de Comunicação Social (Preventiva)

Atores: Pastores, Padres, Prefeitos, Secretários de Estado e Municípios, CRAS, SEDSS, ONGS, Conselhos das Regionais de Rio Branco.

Meios de comunicação: rádio, TV, internet, twitter, folderes, cartilhas, cartazes, vinhetas, Rede de ATER (SEAPROF e INCRA).

6.2 FORMAS DE AÇÃO

As redes de Comando, Tática e Administrativa serão registradas no formulário SCI 205, conforme Anexo I X.

Os meios de comunicação disponíveis nos órgãos executores serão linhas telefônicas, fax, rádios e em alguns casos internet.

Durante a estação seca, os técnicos da Unidade de Situação deverão manter contato, no mínimo uma vez ao dia, para obtenção de informações de rotina da Rede Integrada de Gestão de Riscos Ambientais do Estado. Para tanto se faz necessário uma lista com nomes, endereços e telefones dos focais nos municípios (representantes das Secretarias de Meio Ambiente, Agricultura e das Coordenadorias Municipais de Defesa Civil).

Em caso de detecção de qualquer princípio de incêndio, as Unidades comunicarão o fato diretamente ao Comando Integrado, que fará a análise da situação e encaminhará a solicitação para o Corpo de Bombeiros Militar instalado no município ou na regional mais próxima ou para a Coordenadoria de Defesa Civil para a adoção das providências de sua competência.

6.2.1 CAPACITAÇÃO

Dependendo da magnitude dos incêndios florestais, o Corpo de Bombeiros precisará de apoio para atuar em várias frentes de trabalho, uma vez que no período de estiagem, as ocorrências de queimadas descontroladas e incêndios florestais, aumentam em média 3300%, comparando o 1º e o 3º trimestre, conforme dados do CIOSP. Todavia este apoio deve ser dado por pessoas capacitadas, tendo em vista, o risco que envolve uma operação de combate a incêndios florestais.

Regional do Baixo Acre: Rio Branco, Senador Guiomar, Porto Acre, Bujari, Capixaba, Acrelândia e Plácido de Castro; será realizado pelos 1º e 3º Batalhão de Educação, Proteção Ambiental e Combate a Incêndio Florestal - 1º e 3º BEPCIF, em parceria com SEMA, IMAC, IBAMA, CEDEC E COMDECs.

Regional do Alto Acre: Epitaciolândia, Brasiléia, Assis Brasil, Xapuri; será realizado pelo 5º BEPCIF, em parceria com SEMA, IMAC, IBAMA, CEDEC E COMDECs.

Regional do Purus: Sena Madureira, Manoel Urbano e Santa Rosa do Purus; será realizado pelo 6º BEPCIF, em parceria com SEMA, IMAC, IBAMA, CEDEC E COMDECs.

Regional Tarauacá/Envira: Tarauacá, Feijó e Jordão; será realizado pelo 7º BEPCIF, em parceria com SEMA, IMAC, IBAMA, CEDEC E COMDECs.

Regional do Juruá: Cruzeiro do Sul, Rodrigues Alves, Mâncio Lima, Porto Walter e Marechal Thaumaturgo; será realizado pelo 4º BEPCIF, em parceria com SEMA, IMAC, IBAMA, CEDEC E COMDECs.

A capacitação terá dois públicos alvos: os produtores rurais, professores e alunos da área rural; e os órgãos/instituições que poderão apoiar nas respostas: Exército Brasileiro, Polícia Militar do Estado do Acre, Secretaria Municipal de Serviços Urbano s- SEMSUR e Empresa Municipal de Urbanização de Rio Branco - EMURB.

6.2.2 PREVENÇÃO

O objetivo principal da prevenção é a implementação de ações para reduzir as causas e os riscos de propagação do fogo (Anexo I).

Para tanto é necessário a realização de campanhas educativas, objetivando a sensibilização da população quanto aos impactos negativos decorrentes da ação do fogo, que deverão ser realizadas durante todo o ano e intensificadas no período de pré-estiagem.

Uma das estratégias de ação a ser adotada é a educação ambiental, como ferramenta, para prevenir os incêndios florestais e as queimadas urbanas. Assim serão executadas as seguintes atividades:

- Ciclos de palestras orientadoras em escolas da rede pública e particular (SEE, SEMEIAs, SEAPROF – Educação Ambientais nas escolas rurais, SESACRE - Projeto de Saúde na escola);
- Campanhas educativas e de sensibilização ambiental (panfletagem, rádio, TV, cartilhas, dentre outras), realizadas pelo IMAC e SEMA;
- Campanhas elaboradas pela Cia de Selva para veiculação no rádio e tv.

6.2.3 CONTROLE E ALERTA

Trata-se do sistema de detecção de focos de calor, do sistema de monitoramento por satélite, do monitoramento aéreo, do monitoramento local e do sistema de alerta, com subsídios da Unidade de situação.

Para implantação de ações de comando e alerta se faz necessário:

- Implementação do Sistema de Comandos de Incidentes – SCI;
- Implantação da Unidade de Situação;
- Implantação do monitoramento e atenção integral: escala de sobreaviso/prontidão 24hs de uma **Força Tarefa** a ser estabelecida via Decreto do Governador do Estado.

A) UNIDADE DE SITUAÇÃO DE EVENTOS EXTREMOS

Local: Comando Geral do Corpo de Bombeiros Militar – QCG – Estrada do Amapá Km 0 – Atrás da UPA II – Via Verde – 3221.0676

Comandante Geral do CBMAC: Cel. Flávio Ferreira Pires

Coordenador da Defesa Civil Estadual: Cel. João de Jesus Oliveira da Silva

Secretário de estado de Meio Ambiente e Presidente da CEGdRA: Carlos Edegard de Deus

Comando Unificado: SEMA, CBMAC e CEDEC

A.1 Ações e produtos da Unidade de Situação/Seção de Planejamento

A ocorrência e a frequência dos incêndios florestais estão ligadas às condições climáticas locais. A época do ano e os locais vulneráveis devem ser apontados pelos especialistas e técnicos da Seção de Planejamento, o que permitirá estabelecer as estratégias de prevenção e combate, com base nas experiências e nos dados de anos anteriores (**Anexo V**).

Por meio de dados meteorológicos (intensidade e direção de ventos, ocorrência ou não de friagens, chuvas, umidade relativa do ar, temperatura máxima e mínima, nebulosidade, dentre outros) e mapeamento do risco do fogo, será possível identificar os dias e as épocas de maior probabilidade de ocorrência de incêndios para a tomada de decisões no sentido de reduzir o risco de ocorrência de incêndio florestal.

Caberá à SEMA, em parceria com a UCEGEO, SESACRE e CEDEC, a elaboração de Boletins diários de qualidade do ar e criticidade para todo o Estado, além de dados epidemiológicos, os quais deverão ser disponibilizados diariamente via sítio do Governo do Estado (www.ac.gov.br) e para consulta pela população.

Também serão realizados os mapas de ocorrência de monóxido de carbono, utilizando o site do INPE, para monitorar o grau de poluição do ar em todo o estado, além do uso do Hidroestimador para análise de ocorrência de chuvas (www.cptec.inpe.br).

Para a quantificação das áreas críticas de ocorrência de focos de calor e áreas queimadas no Estado, os especialistas da Seção de Planejamento deverão realizar os seguintes procedimentos metodológicos: identificação das áreas críticas de ocorrência de queimadas, através da análise de densidade dos focos de calor, pré-processamento das imagens de satélite e auditoria visual.

Posteriormente é iniciada a quantificação da área queimada por tema, através do cruzamento do resultado da classificação com as propriedades cadastradas, terras indígenas, assentamentos, unidades de conservação e áreas de reserva legal. Por fim, são geradas cartas-imagens com a delimitação da área queimada e da propriedade licenciada ou em licenciamento no IMAC.

Os dados de focos de calor serão obtidos diariamente, já os dados de área queimada serão fornecidos quinzenalmente e repassados aos órgãos participantes do Plano bem como para os que tenham interesse para encaminhamentos operacionais e administrativos.

Em linhas gerais os principais produtos da Unidade de Situação são:

- **Relatórios temáticos diários:** com o panorama diário das ocorrências e distribuição de focos de calor no Estado, com enfoque na análise do Grau de Criticidade (áreas com maior registro) sobre diferentes aspectos tais como, rios e unidades fundiárias (Unidades de Conservação - UCs, Terras Indígenas - TI, Projetos de Assentamento - PAs, Propriedades Particulares e Áreas discriminadas).

- **Boletins de focos de calor e clima:** informações diárias sobre ocorrências de chuvas, focos de calor, nível dos rios, qualidade do ar e previsão do tempo e risco de fogo.
- **Resumo situacional dos municípios:** sistematização de informações diárias sobre a ocorrência de chuvas ou queimadas (urbanas e florestais) nos municípios, através da aplicação de questionário pré-estruturado, realizado via telefone a cada 02 dias (no período crítico diariamente).
- **Mapas temáticos:** mapas com cruzamento de informações de focos de calor com a base cartográfica do Estado com análises de densidade e áreas de risco. Municípios Críticos (maior incidência de focos de calor); ramais críticos com focos de calor. (áreas afetadas com até 500 m do eixo do ramal); criticidades dos rios, igarapés com maior foco de calor; focos de calor críticos das florestas afetadas em 2005 e 2010 potencializando os riscos de incêndios florestais.
- **Mapas de atendimento das ocorrências urbanas contendo:** Regionais, bairros, nº de ocorrências; dados georreferenciados dos sobrevoos; dados de qualidade do ar (concentração de material particulado – $PM_{2,5\mu m}$).
- Levantamento dos terrenos baldios com vegetação e propício à queima, com apoio da Vigilância Sanitária e SEMEIA.
- **Mapas de auxílio à resposta rápida sobre as ocorrências, de fiscalização e combate em andamento e em atendimento, das seguintes frentes de operação:** CBMAC; IMAC e IBAMA.
- **Carta imagem:** instrumentos de navegação utilizados para ações de fiscalização e de combate. Imagens de satélite cruzadas com base cartográfica (municípios, vias de acesso, hidrografia e situação fundiária).

- **Cruzamento das informações entre o Centro Integrado de Operações e Segurança Pública - CIOSP, SEMEIA e Unidade de Situação.**

Infraestrutura necessária para funcionamento da Unidade de Situação: Anexo X

Funcionamento: 24 horas por dia, com reuniões diárias ao final do dia.

6.2.4 FISCALIZAÇÃO RURAL (autorização e controle de queimadas)

Popularmente, os meses de estiagem de junho a setembro, são conhecidos como o “verão amazônico”, embora correspondam ao inverno do hemisfério sul. Os amazônidas das áreas rurais costumam semear no começo das chuvas, ficando a colheita para o verão, quando a terra fica seca. É nesse período do ano que a escassez da água facilita, até num bioma tão úmido como a Amazônia, o uso e a propagação do fogo no processo de preparação da terra para o plantio seguinte. Esta prática, repetida todos os anos, mobiliza diversos interesses. As queimadas, por exemplo, são muito utilizadas para a criação de pastagens, áreas onde são criados os rebanhos bovinos.

O prejuízo para a produtividade do solo, base do sustento da vida no campo, é conhecido, porém desrespeitado, diz-se, por falta de tecnologia. As queimadas são uma prática histórica na conversão e no roçado de terras rurais para a produção

Assim, faz-se necessário a efetivação de ações de monitoramento e fiscalização, no sentido de acompanhar a evolução da alteração da cobertura vegetal, bem como ainda evitar catástrofes como o evento de 2005 e ainda coibir a prática de ações ilegais. O processo de articulação entre o IBAMA, o Instituto do Meio Ambiente (IMAC) e a Secretaria de Estado de Meio Ambiente (SEMA) tem como meta padronizar e estabelecer procedimentos de comando e controle, maximizando os recursos humanos, materiais e financeiros.

Estas atividades serão desenvolvidas dentro do núcleo estratégico criado entre SEMA, IMAC e IBAMA (Termos de Cooperação 01/2008). Este núcleo tem como objetivo operacionalizar o combate e a fiscalização do desmatamento e queimadas com ações interinstitucionais, potencializando esforços e evitando duplicidade de ações entre os órgãos envolvidos, assim será definida também, no âmbito do núcleo estratégico, a estratificação das áreas de atuação da fiscalização do IBAMA e do IMAC.

As ações serão feitas de forma sistemática pelo IMAC e IBAMA, que são os órgãos de controle e estadual e federal no território acreano. As equipes vão trabalhar de forma conjunta e as ações que forem feitas de forma separada serão planejadas conjuntamente.

No que tange a aplicação da legislação ambiental, no âmbito da fiscalização, serão aplicados os ditames do Decreto Federal 6.514/2008 e suas alterações, bem como as considerações do Código Florestal Brasileiro, e ainda, o Zoneamento Ecológico Econômico, a partir dos quais serão efetuados os enquadramentos de acordo com a situação encontrada em campo.

As ações de fiscalização estão relacionadas no Anexo IV.

A) ESTRATÉGIA DE AÇÃO PARA CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DE INCÊNDIOS FLORESTAIS

Órgãos envolvidos diretamente: IMAC, IBAMA, SEMEIA, CORPO DE BOMBEIROS, POLÍCIA MILITAR - COMPANHIA DE POLICIAMENTO AMBIENTAL.

Órgãos envolvidos indiretamente: POLICIA FEDERAL, POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL, EXÉRCITO, FUNTAC, INCRA, ITERACRE, IDAF, SEAPROF, SEAP, SEF, SIPAM, entre outros.

A política de controle ambiental definida e adotada pelo Governo do Estado do Acre garante, principalmente, a manutenção dos recursos naturais, a redução das taxas de emissões de carbono e a conservação das áreas de floresta.

No estado do Acre o desmatamento é menor que na maioria de outros estados da Amazônia, no entanto torna-se necessário a efetivação de ações de monitoramento e fiscalização, no sentido de acompanhar a evolução da alteração da cobertura vegetal.

É imprescindível o envolvimento das comunidades locais, bem como das prefeituras para se ter maior controle do monitoramento e das atividades vinculadas ao desmatamento e queimadas, atuando de forma preventiva por meio de ações de educação.

O Instituto de Meio Ambiente do Acre – IMAC nos últimos anos avançou na utilização de tecnologia para o monitoramento, tais como imagens de satélite e sobrevoo em trechos considerados estratégicos. Porém, os deslocamentos por via terrestre para checagem de localidades e pontos levantados nas imagens e sobrevoo continuaram fazendo parte da rotina dos técnicos do Instituto.

Estas ações de campo se efetivam a cada ano através do envolvimento das instituições parceiras, particularmente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, com o qual o IMAC projetou esta estratégia de ação para controle e fiscalização de incêndios florestais e já aplica a descentralização de algumas ações de controle e licenciamento ambiental.

Outras instituições se encontram comprometidas com esta ação de controle e fiscalização de incêndios florestais, atuando por apresentação de demanda, quando necessário, e dispostas a contribuir. São elas o Corpo de Bombeiros, a Polícia Militar (Companhia de Polícia Ambiental), a Polícia Federal, a Polícia Rodoviária Federal, o Exército, a FUNTAC, o INCRA, o ITERACRE, o IDAF, a SEAPROF, a SEAP, a SEF, a ABIN, o SIPAM, entre outras.

Dessa forma o presente documento visa identificar e coibir as atividades ilegais que estejam acontecendo e ao mesmo tempo buscar orientar as comunidades por meio da disseminação de informações educativas. Esta proposta visa ainda definir procedimentos de atuação conjunta para combate e controle de queimadas no estado do Acre.

A.1. Ações integradas de controle as queimadas

A partir do estabelecimento do Termo de Cooperação Técnica 01/2008 firmado entre o Governo do Estado do Acre, através da SEMA, IMAC e IBAMA cujo objetivo visa integrar ações de controle e fiscalização e permitir a manutenção da redução das taxas de desmatamento e queimadas; cooperação mútua para implementação de programas e projetos ambientais nas áreas de monitoramento, fiscalização e educação ambiental.

Paralelamente tem se buscado padronizar e estabelecer procedimentos de comando e controle com vistas a promover a redução dos desmatamentos e, por conseguinte o uso do fogo no estado do Acre.

Para essa ação temos interação com as demais instituições como o Corpo de Bombeiros, Polícia Militar - Companhia de Polícia Ambiental, Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Exército, FUNTAC, INCRA, ITERACRE, IDAF, SEAPROF, SEAP, SEF, ABIN, SIPAM, dentre outros;

A.2. Ação operacional

A partir dos dados do monitoramento da cobertura florestal produzidos pela UCEGEO relativos aos anos de 2010 e 2011, o IMAC juntamente com o IBAMA estará realizando reuniões de avaliação, bem como realizando o cruzamento das informações produzidas de focos de calor com os dados de monitoramento da alteração da cobertura florestal, o que resultará na definição da classificação de ordem de prioridades para a verificação em campo. Os setores de geoprocessamento, do IBAMA e IMAC, também produzirão dados para subsidiar o direcionamento das ações de campo.

Estas atividades serão desenvolvidas dentro do Núcleo Estratégico criado entre SEMA, IMAC e IBAMA (Termos de Cooperação 01/2008). Este núcleo tem como objetivo operacionalizar o combate ao desmatamento e queimadas com ações interinstitucionais, potencializando

esforços e evitando duplicidade de ações entre os órgãos envolvidos, definida também, no âmbito do núcleo estratégico, a estratificação das áreas de atuação da fiscalização do IBAMA e do IMAC.

Após a definição das prioridades, haverá a consolidação das informações das áreas a serem verificadas com a implantação de uma base única de informações sobre desmatamento e queimadas, que poderá também servir de subsídio para definição de políticas públicas visando o controle ambiental.

A.3. Ação Preventiva

Paralelamente as atividades descritas acima, estarão sendo implementadas atividades de difusão e sensibilização dos proprietários e produtores rurais, no que diz respeito ao uso correto dos recursos naturais, através do licenciamento ambiental e de atividades produtivas sustentáveis, e ainda um trabalho educativo através de ações de educação ambiental, provendo a sensibilização sobre os efeitos danosos do uso do fogo.

Para tanto estarão envolvidas as seguintes instituições que desenvolvem trabalho de educação ambiental no Estado: SEMA, IMAC, IBAMA, SEAPROF, INCRA e SEMEIA.

As ações serão desenvolvidas após planejamento conjunto, onde serão observadas as estruturas existentes e as necessárias para a concretização das ações.

A.4. Atuação

A estratégia de atuação consiste em ter equipes definidas atuando de forma permanente realizando o monitoramento e a fiscalização conforme a necessidade e a criticidade em que se apresentar a situação dos focos de calor.

Assim, a definição de atuação estratégica, em um primeiro momento, será o monitoramento e a fiscalização na Regional do Baixo Acre, onde estão situadas as sedes do IMAC e do IBAMA, em Rio Branco, sendo realizadas com duas equipes fixas, com o objetivo de verificar as denúncias existentes.

Nas demais regionais os técnicos lotados nos núcleos do IMAC e escritórios do IBAMA, apoiarão as ações de monitoramento e fiscalização.

Havendo aumento dos focos de calor será adotada estratégia complementar, no sentido de rever o planejamento anteriormente definido, adotando-se o envolvimento dos demais setores do IMAC e dos demais parceiros para atuação em maior escala, resultando assim no aumento do quantitativo de técnicos que farão as atividades de fiscalização.

A.5. Áreas de Atuação

Estratificações territoriais serão definidas pela coordenação do NE e poderá ser planejada por: municípios, ramais, projetos de assentamento, rios, dentre outros, visando à eficiência, agilidade operacional e economia de recursos, considerando as áreas estratégicas com maior densidade de polígonos de desmatamento (Tabela 1 e Figura 6).

Tabela 1 – Discriminação das Áreas de Atuação e Municípios Vinculados

ÁREA DE ATUAÇÃO	MUNICÍPIOS
ÁREA 01 (Baixo Acre)	Capixaba, Plácido de Castro, Acrelândia, Rio Branco, Bujari, Porto Acre, Rio Branco e Senador Guimard
REA 02 (Alto Acre)	Assis Brasil, Brasiléia, Epitaciolândia e Xapuri
ÁREA 03 (Purus)	Sena Madureira e Manoel Urbano
ÁREA 04 (Tarauacá/Envira)	Feijó e Tarauacá e Jordão
ÁREA 05 (Juruá)	Cruzeiro do Sul, Mâncio Lima, Rodrigues Alves e Porto Walter e Marechal Thaumaturgo

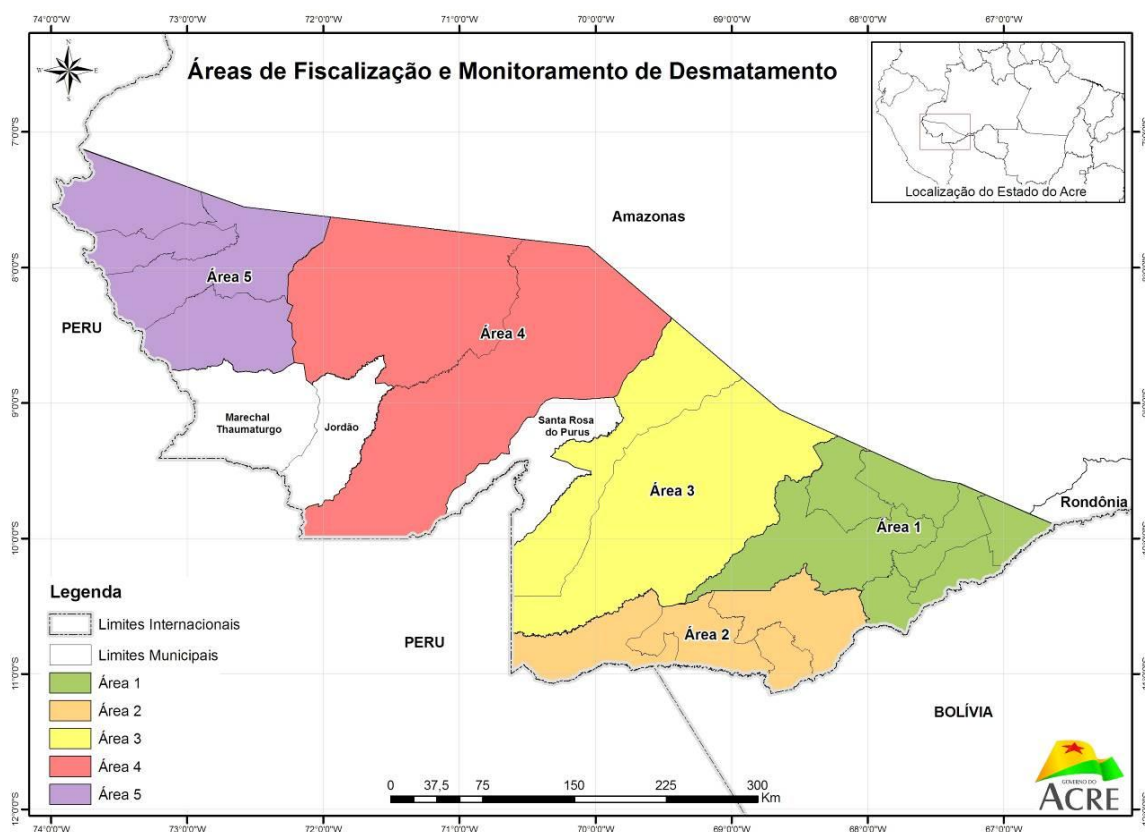


Figura 6 – Localização das Áreas de Atuação

A.6. Logística

Para as ações de monitoramento e fiscalização serão disponibilizados 02 veículos utilitários em Rio Branco e 04 veículos dos núcleos do IMAC no interior. Havendo uma necessidade por conta de uma situação emergencial serão disponibilizados todos os veículos existentes na instituição.

Em situação extrema os veículos utilitários serão distribuídos nas Regionais da seguinte forma: 08 (oito) no Baixo Acre; 02 (dois) no Alto Acre; 02 (dois) em Tarauacá/Envira e 02 (dois) no Juruá.

Serão utilizadas máquinas fotográficas digitais, aparelhos de GPS, cartas imagens, como também kits com equipamentos de combate a incêndios.

Havendo uma maior necessidade por conta de uma situação mais crítica serão estudadas novas configurações de veículos por regional, observando a disponibilidade de veículos existentes no IMAC, conforme Tabela 2.

Tabela 2– Quantitativo da Frota de Veículos do IMAC

Regional	Frota IMAC	Disponibilidade de veículos no período menos crítico
Alto Acre	01	01
Baixo Acre	10	01
Tarauacá/Envira	02	01
Juruá	01	01
TOTAL	14	04

Obs: Na Regional do Purus o IMAC não dispõe de veículos

A.7. Recursos Humanos

Para o cumprimento do disposto acima será necessário uma composição de técnicos das Divisões do IMAC, juntos aos Departamentos e aos Núcleos do IMAC nos Municípios, observando a necessidade de atender ainda a demanda por licenciamento ambiental, sendo então disponibilizado nos momentos de menor intensidade de queimadas 01 técnico por regional, conforme descrito na Tabela 2 acima.

Havendo uma situação indesejável, ou seja, um grande aumento dos focos de calor, teremos o quadro técnico do IMAC à disposição para as atividades propostas.

O IBAMA, também colocará à disposição, para a operação, os técnicos necessários para o combate e controle de queimadas, conforme disposto abaixo (Tabela 3).

Tabela 3 – Quantitativo de Técnicos (IMAC, IBAMA).

Regional	Pessoal	Órgão
Alto Acre	01	IMAC
	05	IBAMA
Baixo Acre	01	IMAC
	10	IBAMA
Tarauacá/Envira	01	IMAC
	01	IBAMA
Purus	01	IMAC
	03	IBAMA
Juruá	01	IMAC
	01	IBAMA
TOTAL	25	

A.8. Resultados Esperados

Os resultados envolvem as seguintes situações:

- Aprimorar a metodologia de atuação conjunta, para o combate às queimadas;
- Conhecimento das condições de ocorrência das queimadas in loco;
- Quantificar e qualificar os incêndios florestais no Estado;
- Difusão de tecnologias sustentáveis de usos dos recursos naturais,
- Trabalhar a Educação Ambiental junto às comunidades rurais;
- Combater a ocorrência de queimadas;
- Prevenir a ocorrência de queimadas;
- Gerar banco de dados que possibilite unificar as informações das diferentes instituições, com a inclusão de famílias em programas sociais e de produção, bem como informações necessárias para uso da Defesa civil e do Corpo de Bombeiros Militar.

6.2.5 FISCALIZAÇÃO DAS ÁREAS URBANAS NO MUNICÍPIO DE RIO BRANCO

Considerando que Rio Branco é um dos Municípios, que apresentam maior número de queimadas, tanto na área urbana como rural, e que esse cenário vem se repetindo nos últimos cinco anos, faz-se necessário a articulação dos órgãos de fiscalização ambiental para tentar minimizar os danos causados, à população e ao meio ambiente proveniente dessas queimadas.

Para isso, a Prefeitura de Rio Branco, através da SEMEIA e o Governo do Estado, através da Comissão Estadual de Gestão de Riscos Ambientais propõem um plano de trabalho conjunto, descrevendo a área de atuação de cada órgão e estratégias de fiscalização no território do Município.

Além do atendimento às denúncias, será realizado monitoramento diário nos bairros que compõem as Regionais, de acordo com o Anexo XI, no horário de 13 as 18 horas e aos finais de semana de 16:00h às 20:00h, com revezamento entre as equipes.

Cada equipe de fiscalização deve ser composta, de 01 viatura, 01 motorista, 01 fiscal, 01 apoio e 01 telefone para contato com as equipes em campo.

O procedimento adotado pelas equipes de fiscalização será o correspondente a cada infração de acordo com a legislação pertinente ao órgão fiscalizador.

As informações serão cadastradas em formulário próprio que serão encaminhados à Unidade de Situação com objetivo de subsidiar o planejamento das ações de combate e resposta (Anexo XII).

Área de atuação

O Município de Rio Branco está organizado administrativamente em 07 (sete) Regionais, totalizando 154 bairros, além de invasões e loteamentos clandestinos, onde se concentra 40% da população do Estado.

Na zona rural os Polos Agroflorestais e Projetos de Assentamentos somam aproximadamente 89.726 hectares¹, além de toda área no entorno da zona urbana que totalizam 868.877 hectares² de área rural do município de Rio Branco.

Dessa forma, para maior efetividade das ações de fiscalização os órgãos se organizarão por área de abrangência, segundo as regionais (I, II, III, IV, V, VI e VII), além das áreas rurais, Polos Agroflorestais e Projetos de Assentamentos (Anexo XI).

¹ Plano de Contingência de Queimadas e Incêndios Florestais do Município de Rio Branco – 2011 – Coordenadoria Municipal de Defesa Civil;

² Dados da Divisão de Geoprocessamento – SEMEIA.

6.2.6 COMBATE

A prevenção é uma maneira de combater incêndios, porém nem sempre as técnicas preventivas são suficientes para evitar a ocorrência de incêndios florestais. Portanto, é indispensável um planejamento do combate ao fogo na floresta.

Combate é definido como o tempo consumido na operação de supressão ou eliminação definitiva do fogo. A operação de combate ou supressão de um incêndio envolve as cinco etapas descritas no Quadro 1 a seguir.

Os Planos e estratégias de combate são estabelecidos em função do tamanho do incêndio e dos meios disponíveis. No entanto, como é previsto no plano operacional do CBMAC, o objetivo maior é que os incêndios possam ser controlados e dominados antes que atinjam grandes proporções. Aqui entra, então, o conceito de Ataque Inicial, que é realizado por equipes pequenas, altamente capacitadas, com equipamentos adequados, lotadas junto às áreas de interesse e que darão o primeiro combate. Amparado por um eficiente sistema de detecção, a grande maioria dos incêndios pode ser dominada por essas equipes com rapidez.

Quando o incêndio escapa ao controle do Ataque Inicial, o plano prevê a entrada em ação de outros recursos - Ataque Ampliado. Nesse caso um contingente maior de bombeiros e de equipamentos (terrestre e aéreo) será mobilizado em função do comportamento do fogo, dos riscos e danos envolvidos e do tamanho do incêndio. Toda a logística de apoio, como por exemplo, comunicação, transporte, alojamento, alimentação, combustível, deve ser contemplada no plano.

O IBAMA fará a seleção, capacitação e contratação de 30 brigadistas no Estado do Acre. Esse quantitativo se dividirá em duas brigadas que irão atuar em municípios previamente selecionados, segundo critérios técnicos.

Os municípios selecionados em 2011 foram Sena Madureira e Cruzeiro do Sul, portanto cada um receberá uma brigada composta por 15 brigadistas, sendo um chefe da brigada, dois chefes de esquadrão e doze brigadistas.

As brigadas do PREVFOGO terão sistema de acionamento próprio e níveis de prioridade de atuação, no entanto, estarão integrados ao presente plano e poderão ter sua atuação direcionada segundo as prioridades definidas pela direção do IBAMA, que por sua vez integra este plano nos níveis estratégico e tático.

Quadro 1. Etapas do combate aos incêndios florestais

ETAPAS	DESCRIÇÃO
DETECÇÃO DOS INCÊNDIOS	<p>Tempo decorrido entre o início do fogo e o momento em que ele é visto por alguém. Dois objetivos principais devem nortear o funcionamento dos sistemas de detecção:</p> <ol style="list-style-type: none">1. Descobrir e comunicar a pessoa responsável pelo combate todos os incêndios que ocorrem na área antes que o fogo se torne muito intenso;2. Localizar o fogo com precisão suficiente para permitir o acesso à área o mais rápido possível.
COMUNICAÇÃO	<p>Tempo compreendido entre a detecção do fogo e o recebimento da informação pela pessoa responsável pela ação de combate</p>
MOBILIZAÇÃO	<p>Tempo gasto entre o recebimento da informação da existência do fogo e a saída do pessoal para combate. É importante que cada participante saiba qual sua atribuição e responsabilidades no combate ao fogo</p>
DESLOCAMENTO	<p>Tempo que compreende a saída do pessoal de combate e a chegada da primeira turma ao local do incêndio. Este é um dos pontos mais críticos que precede o combate propriamente dito, pois quanto maior o tempo despendido para o deslocamento, maior será o aumento do perímetro do fogo, dificultando seu combate.</p>
PLANEJAMENTO DO COMBATE	<p>Ao chegar no local do incêndio, o responsável pela ação de combate deve estudar detalhadamente a situação antes de tomar qualquer medida de combate. O planejamento do combate requer o conhecimento do comportamento do fogo, das condições climáticas, do tipo de vegetação, da rede de aceiros e estradas e dos locais de captação de água. Somente depois deste levantamento as primeiras medidas relativas ao combate podem ser tomadas.</p>

Fonte: Batista e Soares (2007), adaptado pela STCP.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Espera-se que, com a implementação do Plano de Prevenção, Controle e Combate às Queimadas e Incêndios Florestais, haja uma diminuição da degradação ambiental provocada pelos incêndios florestais no Estado.

Espera-se também a oficialização da Rede Integrada de Gestão de Riscos do Estado com a participação efetiva dos municípios e o apoio da Associação dos Municípios do Acre – AMAC, na busca de soluções, diante da problemática da degradação ambiental, em especial as que se relacionam com as queimadas e os incêndios florestais em suas áreas de responsabilidade.

Cabe ressaltar que este plano não encerra o assunto, devendo ser acompanhado permanentemente e reavaliado pelos integrantes da Comissão Estadual de Gestão de Riscos Ambientais - CEGdRA, podendo apresentar sugestões para o seu aperfeiçoamento para os próximos anos.

8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACRE. Secretaria de Estado de Meio Ambiente - SEMA. **Relatório da Comissão Estadual de Gestão de Riscos Ambientais - CEGdRA**. Rio Branco, Acre. Digital. 2010.

Batista, A. C. e Soares, R. V. . **Manual de Prevenção e Combate a Incêndios Florestais – Curso de Treinamento em Controle de Incêndios Florestais**. Fundação de Pesquisas Florestais do Paraná. Curitiba - Paraná, 2003.

Brown, I.F., W. Schroeder, A. Setzer, M. Maldonado, N. Pantoja, A. Duarte, and J. Marengo. Monitoring fires in southwestern Amazonia rain forests. EOS, **American Geophysical Union**. **87** (26): 253, 264. 2006.

Duarte, A. F. Aspectos da climatologia do Acre, Brasil, com base no intervalo 1971 – 2000. **Revista Brasileira de Meteorologia**, v.21, n.3b, 308-317, 2006.

Gordo Neto, A. Queimar folhas, galhos e lixo, vale a pena? Disponível em: www.queimadasurbanas.bmd.br. 2009. Consultado em: 28.06.2011.

INPE. Instituto de Pesquisas Espaciais. Focos de calor. Disponível em: www.cptec.inpe.br. Consultado em: 02.06.2011.

Martins, Rubem Nunes [et al]. **Apostila de Prevenção e Combate à Incêndios Florestais - Curso de Técnica de Prevenção e Combate à Incêndios Florestais**. Consultoria Engenharia Gerenciamento. Curitiba - Paraná, 2010.

Pantoja, N.V. & Brown, I.F. Estimativas de áreas afetadas pelo fogo no leste do Acre associadas à seca de 2005. **XIV Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto**, Natal, Brasil, 25-30 abril 2009, INPE. **Anais**. p. 6029-6036. 2009.

SENASP. SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Programa Nacional de Segurança com cidadania. Curso de Sistema de Comando de Incidente – SCI**. Brasília, DF. 2007.

9. ANEXOS

ANEXO I - AÇÕES INTEGRADAS DE EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO

INSTITUIÇÃO	ATIVIDADES	ESTRATÉGIA	PRAZOS	PARCEIROS
SEMA	Elaboração de cartilhas livros, jogos ambientais, mochila do educador ambiental e elaboração da política ambiental.	Divulgação da mochila do educador ambiental nas escolas e ecotecas. Divulga informações na TV, rádio e jornais -Boletim do clima.	Contínuo	IMAC, SESACRE, SEJUSP, SEMEIA, IMAC
	Campanhas qualidade de vida em Rio Branco	Palestras, micro orientação, divulgação de materiais educativos, contratação de estagiário.	Imediato e continuado	Secretarias municipais
SEMEIAS	Formação de educadores ambientais populares	Adotada pelo município.	Imediato e continuado	Secretarias municipais SEMA, IMAC, MPE.
	Fiscalização	Orientação, notificação, advertência e multa.	Imediato e continuado	Companhia ambiental
SESACRE	Vigilância da qualidade do ar (unidade sentinela)	Relatórios trimestrais do VIGIAR.	04 relatórios por ano	UPA 2º distrito
INCRA	Gestão ambiental	Elaboração e distribuição de 20 mil cartilhas de orientações contra queimada; contratação 91 técnicos terceirizados para planejar. Palestra para agricultores nos PAs. Apresentação de vídeos nas escolas rurais	Contínuo	SEF, SEMA, ITERACRE E IMAC
	Intercâmbio de produtores rurais em SAFS	Encontro de produtores com experiências positivas de práticas sustentáveis	Contínuo	SEAPROF
IMAC	Licenciamento Ambiental	Orientação aos assentados sobre queimadas e incêndios.	Contínuo	SEAPROF
IMC	Disponibiliza informações técnicas georreferenciamento do Estado	Informações estratégicas sobre desmatamento, queimadas, focos de calor e clima.	Contínuo Imediato	UCEGEO

ANEXO I – CONT ...AÇÕES INTEGRADAS DE EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO

INSTITUIÇÃO		ATIVIDADES		ESTRATÉGIA		PRAZOS		PARCEIROS	
IBAMA	Formação, capacitação de duas equipes de brigadas (15 brigadistas cada, em Sena Madureira e Cruzeiro do Sul)	Brigadistas formados com ênfase em temas de uso adequado do fogo e legislação ambiental, articulação interinstitucional.	Maio a julho	SEMA, IMAC, EXÉRCITO, POLÍCIA MILITAR, CORPO DE BOMBEIRO E ICMBIO					
	Formação de brigadas não contratadas	Identificar demandas de instituições e organizações não governamentais (Associações) equipar e treinar voluntários	Julho a novembro	SEMA, IMAC, EXÉRCITO, POLÍCIA MILITAR, CORPO DE BOMBEIRO E ICMBIO					
	Palestras e oficinas	Articulação interinstitucional	2º semestre	SEMA, IMAC, EXÉRCITO, POLÍCIA MILITAR, CORPO DE BOMBEIRO E ICMBIO					
	Ações educativas e de sensibilização por meio das brigadas do PREVFOGO (Sena Madureira e Cruzeiro do Sul)	Rondas na zona rural dos municípios com Brigadas contratadas. Mutirões ambientais.	Julho a novembro	SEMA, IMAC, EXÉRCITO, POLÍCIA MILITAR, CORPO DE BOMBEIRO E ICMBIO					
CORPO DE BOMBEIROS	Elaboração de material educativo para divulgação (folder, cartazes, cartilhas)	Divulgação, distribuição em escolas, Associações da zona rural. Utilização nas ações educativas das brigadas. Divulgação na TV e Rádio	Julho a setembro	SEMA, IMAC e outros					
SEMEIA	Palestras e capacitação preventiva	Orientação em escolas e produtores rurais (uso de vídeos educativos). Distribuição de folder e Boletim informativo do clima	Contínuo	SEF, SEAPROF, SEMA, SEMEIA, IMAC, IBAMA E DEFESAS CIVIS					
	Ampliar e potencializar as ações que já são realizadas	Reprodução de matérias que já existem, Articulação interinstitucional	Contínuo	Associações, ONGs, SEMA, IMAC, IBAMA, ICMBIO, COMUNIDADE					
FIEAC (SINDUSMAD)	Sensibilização dos funcionários e suas famílias; Submissão de projetos com o objetivo de subsidiar atividades de sensibilização;	Realização de palestras; de oficinas de capacitação de Prevenção e Alternativas de combate ao uso do fogo; Distribuição de material educativo.	Curto prazo – Sensibilização. Médio e longo prazos: capacitação contínuo (Projetos)	SEMEIA; CBMAC; e outros...					

ANEXO I – CONT...AÇÕES INTEGRADAS DE EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO

INSTITUIÇÃO		ATIVIDADES	ESTRATÉGIA	PRAZOS	PARCEIROS
SESACRE	Divulgação de implicações do aumento de queimadas sobre doenças respiratórias	Elaboração e divulgação de folder sobre doenças respiratórias com o aumento das queimadas Informação no site da SESACRE. Boletim informativo.	Contínuo	SEMISA, SEMA	
	Contribuir nas discussões sobre planejamento estratégico das ações de prevenção, fiscalização e combate às queimadas rurais e urbanas.	Reuniões técnicas, seminários, workshops.	Contínuo	DEFESA CIVIL, SEMEIA, SEMA, IMAC, ITERACRE, SEAPROF, FUNTAC, UCEGEO, UFAC	
IMC	Capacitação de agentes ambientais	Formação com uso de vídeo conferência	Imediato	DEFESA CIVIL, SEMEIA, SEMA, IMAC, ITERACRE, SEAPROF, FUNTAC, UCEGEO, UFAC	
	Elaborar projetos com foco nas mudanças climáticas	Captação de recursos financeiros para desenvolver projetos de educação ambiental com foco nas mudanças climáticas	Imediato	DEFESA CIVIL, SEMEIA, SEMA, IMAC, ITERACRE, SEAPROF, FUNTAC, UCEGEO, UFAC	
INCRA	Educativas e preventivas	Palestra na tv, rádio Reunião com pais e alunos produtores Projeção de vídeos e fixação de cartazes nas associações e outros pontos em projetos de assentamento.	Contínuo	SEAPROF, SEMA, IMAC, IDAF, SEF	
	Formação e capacitação de brigadas	Articulação interinstitucional	Período que antecede as queimadas	SEMA, IMAC, EXÉRCITO, POLICIA MILITAR, CORPO DE BOMBEIRO E ICMBIO	

ANEXO I – CONT ...AÇÕES INTEGRADAS DE EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO

INSTITUIÇÃO		ATIVIDADES		ESTRATÉGIA		PRAZOS		PARCEIROS	
IBAMA	Palestras, cursos e oficinas.	Divulgação e entrega de material educativo Campanha na TV, rádio e hiperfídia.							
	Capacitação dos engenheiros da SEOP para destinação correta dos resíduos das obras que são queimados	-Palestras e orientações Articulação com SINDUSCON				Imediato		SEMA, IMAC, SEMEIA, SINDUSCON	
SEOP	Projeto técnico socioambiental	Oficinas, palestras e visitas diárias.							
	PAC 2	Oficinas, palestras e visitas diárias.				2 anos de duração		SEMA, IMAC, SEMEIA, SEMSUR, SEHAB	
IFAC	Sensibilização na comunidade acadêmica	Palestras, curso de extensão; inserção do tema como transversal, queimadas e incêndios				Início imediato		UFAC, INSTITUTO DOM MOACIR, FUNTAC, POLÍCIA MILITAR, BOMBEIROS, GOVERNO DO ESTADO, INSTITUTOS FEDERAIS DE OUTROS ESTADOS, PREFEITURAS, IBAMA, IMAC	
	Curso técnico na área ambiental e agronegócio	Atividades com discentes, servidores e comunidades (palestras, workshops e seminários). Curso de extensão com enfoque nos temas queimadas e Projetos de pesquisa				Contínuo		UFAC, INSTITUTO DOM MOACIR, FUNTAC, POLÍCIA MILITAR, CBMAC, IMAC GOVERNO DO ESTADO, IBAMA, INSTITUTOS FEDERAIS DE OUTROS ESTADOS, PREFEITURAS.	
	Potencializar a Formação de brigadas Intensificar as capacitações dos produtores rurais	Palestras, divulgação de material informativo e orientador contra queimadas.				Antes do início da estiagem		SEMA, SEMEIA, SEAPROF, IBAMA, IDAF	

ANEXO II – AÇÕES DE COMBATE

Ações		Instituição	Atividades	Estratégia	Prazos	Parceiros
COMBATE AOS INCÊNDIOS						
CBMAC	Combate aos incêndios		Atuar nas linhas de frente e articular os órgãos no combate aos incêndios		Imediata	Todos os órgãos governamentais e ONGs
	Preparação de brigadista		Formar brigadas para a atuação no combate a incêndios		Imediata	Sindicatos e Associações e Federação de Agricultura do Estado
	Formação do kit básico para o combate		Estabelecer, relacionar o kit de combate a incêndio		Imediata	SEMA, CEDEC, COMDEC e Prefeituras
EXÉCITO	Combate aos incêndios		Disponibilizar pessoal para o combate a incêndio		Nas emergências	CBMAC
PMAC	Combate aos incêndios		Disponibilizar pessoal para o combate a incêndio		Nas emergências	CBMAC
COMDEC/SEMSUR	Combate aos incêndios		Disponibilizar pessoal para o combate a incêndio		Nas emergências	CBMAC
FEDERAÇÃO DE AGRICULTURA DO ESTADO	Combate aos incêndios		Formação de brigadistas nas suas propriedades, com disponibilidade de logísticas e pessoal		Imediata	CBMAC, IMAC e SEAPROF

ANEXO II – CONT... AÇÕES DE COMBATE

Ações	Instituições	Atividades	Estratégias	Prazos	Parceiros	
ARTICULAÇÃO, DISPONIBILIZAÇÃO DE RH E APOIO LOGÍSTICO	PREFEITURAS	Apoio logístico local	Disponibilização de viaturas para o combate			
		Criação das COMDECS	ALIMENTAÇÃO, POUSSADA	Durante o evento		
		Mobilização e articulação	Mediante decreto municipal criar as COMDECS	Imediata	CEDEC, CBMAC	
	SEMA		Contatos e articulações dos produtores rurais		Imediata	
			Apoio logístico	Disponibilização de viaturas e kits de combate a incêndio	Durante o evento	
	IBAMA		Apoio logístico para os bombeiros e os envolvidos no combate	Disponibilização de viaturas e estruturas no interior.	Durante o evento	Companhia de Policiamento Ambiental
			Prevenção	Disponibilização de técnicos para o treinamento dos envolvidos	Imediata	
	INCRA		Apoio logístico	Disponibilização de combustível para as viaturas		CBMAC
	*CIOPAER (Centro Integrado de Operações Aéreas)		Transporte de pessoal e monitoramento	Transporte pessoal ao local de combate, monitoramento.		CBMAC, IMAC, IBAMA e SEMA

ANEXO II – CONT...AÇÕES DE COMBATE

Ações		Estratégias			Parceiros	
Instituições	Atividades	Atividades	Prazos	Parceiros		
LOGÍSTICO ARTICULAÇÃO, DISPONIBILIZAÇÃO DE RH E APOIO	DERACRE	Apoio logístico para os bombeiros e os envolvidos no combate	Fornecimento de combustível e cessão de vtr	Durante o evento	CBMAC	
	COMDEC	Mobilização e articulação	Mobilizar os produtores rurais para o treinamento de combate a incêndio.		CBMAC	
	SINDICATOS E ASSOCIAÇÕES	Mobilização e articulação	Disponibilização de pessoal (produtores rurais) para o combate		CBMAC	
	CEDEC	Suporte técnico para as COMDECS	Treinamento e formação para as COMDECS		Até julho	IMAC, CBMAC, SEMA, IBAMA, SEAPROF
		Mapeamento das áreas de risco dos municípios	Trabalho conjunto com a UCEGEO		Até julho	UCEGEO
	ITERAC	Apoio logístico para os bombeiros e os envolvidos no combate	Articulação com as prefeituras		Enquanto durar o evento	Prefeitura e órgãos governamentais
		Apoio logístico para os bombeiros e os envolvidos no combate	Disponibilização de meios de transporte			CBMAC
	SESACRE	Disponibilização de RH	Motoristas com diárias			CBMAC
		Preparação de brigadista	Formar os brigadistas para a atuação no atendimento pré-hospitalar.			CBMAC
		Apoio logístico	Disponibilização de viaturas para o combate			CBMAC

ANEXO III – PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS

Instituição		Atividades		Estratégia		Prazos		Parceiros	
SEAPROF		Potencializar as atividades	Aumentar o quadro técnico capacitado	2011	Atividade contínua e intensificada de 2011 a 2014	Atividade contínua e intensificada de 2011 a 2014	Atividade contínua e intensificada de 2011 a 2014	Atividade contínua e intensificada de 2011 a 2014	Governo do Estado
		Desenvolver as Cadeias Produtivas e Segurança Alimentar em áreas já desmatadas.	Preparo de áreas com uso de leguminosas + mecanização + Assistência técnica;						
		Cadeias Produtivas: Horticultura.							
		Fruticultura;							
		Bacia leiteira.	Implantação de Sistemas Agroflorestais- SAF'S + Assistência técnica; Manejo de pastagem (Lavoura Pecuária) e instalação de tanques de resfriamento de leite em áreas rurais + Assistência técnica;						
		Grãos.	Instalações de roçados sustentáveis (divisão da área em pousio c/ leguminosas e plantio realizando a rotação de culturas) + Assistência técnica;						
		Criação de pequenos animais.	Fomento na implantação de galpões + Assistência técnica						
		Transporte da produção;	Fomento ao transporte e armazenamento da produção.						
		Compra da produção - Programa de aquisição de alimento - PAA;	Aquisição de alimentos através do programa Boa Compra do governo Estadual e Federal.						
		Armazenamento da produção (CAGEACRE);							
Crédito Rural sustentável.	Elaboração de projetos e adesão de crédito rural								

ANEXO III – CONT...PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS

<i>Instituição</i>	<i>Atividades</i>	<i>Estratégia</i>	<i>Prazos</i>	<i>Parceiros</i>			
SEAPROF	Desenvolver as Cadeias Produtivas em áreas não desmatadas. Cadeias Produtivas de produtos não madeireiros: Extração de óleos vegetais.	Manejo na extração de óleos e auxílio na comercialização + assistência técnica.	Atividade contínua e intensificada de 2011 a 2014	Governo do Estado			
	Borracha (FDL; CVP e Látex Líquido)	Subsídio na compra dos derivados da borracha; Implantação de plantio de 10.000 há de seringueira até 2014 + Assistência técnica.					
	Castanha - do – Brasil	Construção e reforma de uma usina de beneficiamento de castanha + Assistência técnica.					
	Manejo de Lagos	Incentivo ao manejo de pirarucu+ Assistência técnica.					
	Manejo de Fauna	Incentivo a criação de animais silvestres em cativeiros + assistência técnica.					
	Apicultura	Manejo de apiários + assistência técnica					
	Ações complementares: ATER de resultado	Assistência técnica agroflorestal.					
	Programa de Certificação da Propriedade Rural;	Sensibilização junto às famílias rurais para o processo de certificação das propriedades rurais;			Assistência técnica agroflorestal.	Atividade contínua e intensificada de 2011 a 2014	Governo do Estado
		Retomar as atividades do Comitê Gestor do Programa de Certificação das propriedades;					
		Efetivar a cooperação entre as instituições responsáveis pela implementação do programa de certificação.					

ANEXO III – CONT...PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS

<i>Instituição</i>	<i>Atividades</i>	<i>Estratégia</i>	<i>Prazos</i>	<i>Parceiros</i>
SEAPROF/SEMA	Cumprir as etapas da certificação das propriedades rurais que aderiram ao programa de Certificação	Garantir a contratação de técnicos para atender a essa atividade	jul/11	IMAC, IMC, IPAM, SEAP, IDAF, SEF, ITERACRE, INCRA
INCRA	Adotar o programa de certificação como prioridade nos assentamentos e outras políticas de produção sustentável estadual	Somar as demais Secretarias de governo - Mutirão	2011	Gov do Estado
EMBRAPA	Promover eventos de difusão de tecnologias e práticas de produção sem uso do fogo	Construir um termo de cooperação entre INCRA e Governo do Estado	2011 a 2014	SEAPROF, IPAM, IDAF, IMC, SEMA, IMAC, SEAP, Prefeituras Municipais, Sindicatos.
IPAM	Sensibilização e socialização de informações sobre produção sustentável minimizando o uso do fogo	Elaborar planejamento junto com as instituições observando a vulnerabilidade ao fogo	jun/11	SEAPROF, IDAF, IMC, SEMA, IMAC, SEAP, EMBRAPA, INCRA, Prefeituras Municipais, Sindicatos.
SEMA	Divulgar e identificar público interessado em aderir ao programa de certificação	Elaborar planejamento junto com as instituições observando a vulnerabilidade ao fogo	2011	SEAPROF
IMAC	Sensibilizar os produtores rurais ao Programa de certificação das propriedades	Inserir o programa de certificação nas atividades voltadas ao produtor rural	2011 a 2014	SEAPROF
		Inserir nas ações de controle ambiental a socialização das informações	2011	SEAPROF

ANEXO IV – FISCALIZAÇÃO

Instituição	Atividades	Estratégia	Prazos	Parceiros
IMAC	Fiscalização	Vistorias prévias denúncias	Maio a Novembro	IBAMA, Companhia Ambiental
	Monitoramento	Monitoramento aéreo com helicóptero do governo (Acre e IBAMA) e contratado; Monitoramento de polígonos de áreas maiores que 10 hectares Monitoramento das licenças emitidas	Maio a Novembro	IBAMA, SEMA, UCEGEO, Companhia Ambiental e CIOPAER
	Palestras	Palestras educativas sobre uso do fogo para comunidades	Maio a Agosto	MPE, Prefeituras, SEAPROF, Associações
PGE	Auxiliar os entes da administração pública estadual no sentido de que suas ações sejam realizadas dentro da legalidade de forma célere e efetiva	Acompanhar o desenvolvimento das ações realizadas pelos entes estaduais no intuito de que sejam sanadas, desde o seu planejamento até execução.	Contínuo	
	Fiscalização das instituições no cumprimento da legislação	Análise de relatórios dos autos de infração encaminhados pelos órgãos de fiscalização; Apuração de denúncias	Contínuo	IMAC, IBAMA, SEMEIA
MPE	Atuação das promotorias ambientais nas cinco bacias hidrográficas	Trabalhar junto às prefeituras e aos núcleos dos órgãos de fiscalização nos municípios	Contínuo	IMAC, IBAMA, Prefeituras

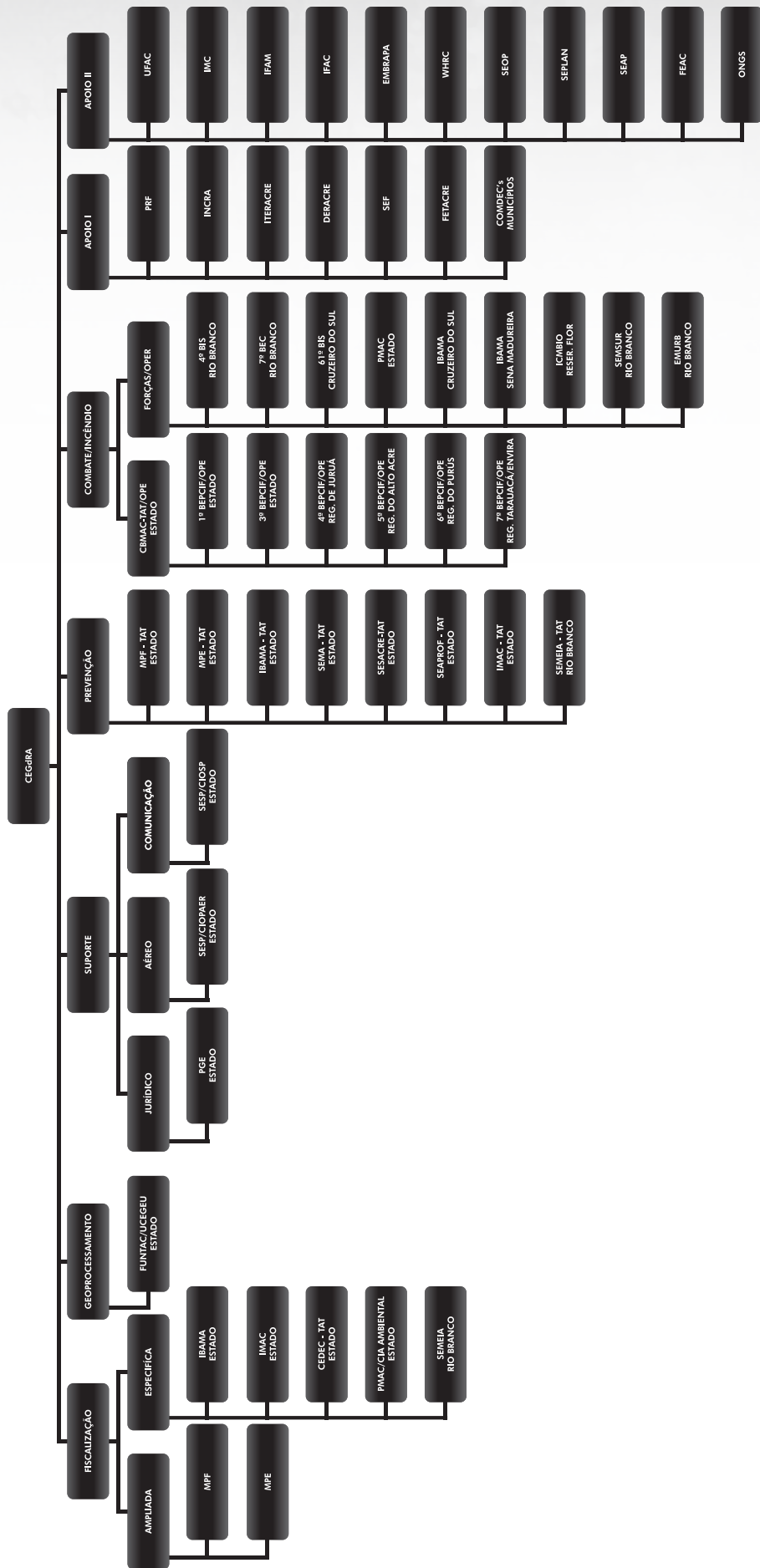
ANEXO IV – CONT... FISCALIZAÇÃO

Instituição	Atividades	Estratégia	Prazos	Parceiros
SEMEIA	Campanhas ambientais	Palestras e visitas dos monitores da Escola de educação ambiental nos bairros de Rio Branco	Contínuo	Secretarias Municipais, SEMA, IMAC, IBAMA, ONGs.
	Monitoramento Ambiental	Identificar áreas críticas por agentes ambientais em motocicletas	Maio a Setembro	
	Fiscalização	Atendimento das denúncias feitas no Disque Denúncias; Vistorias diárias; Definir parcerias para fiscalização no município de Rio Branco.	Maio a Setembro	Companhia Ambiental/IMAC/IBAMA
IBAMA	Operações de fiscalização de queimadas	Definir áreas prioritárias de ação	Junho a Outubro	IMAC. Companhia Ambiental, PF, INCRA
	Produzir dados de polígonos de desmatamento – associação com queimadas	Verificar desmatamentos recentes para coibir o uso do fogo	Maio a Outubro	IMAC
	Divulgar a Linha Verde – Denúncias	Levantar denúncias relacionadas a queimadas	Junho a Outubro	IMAC, SEMEIA

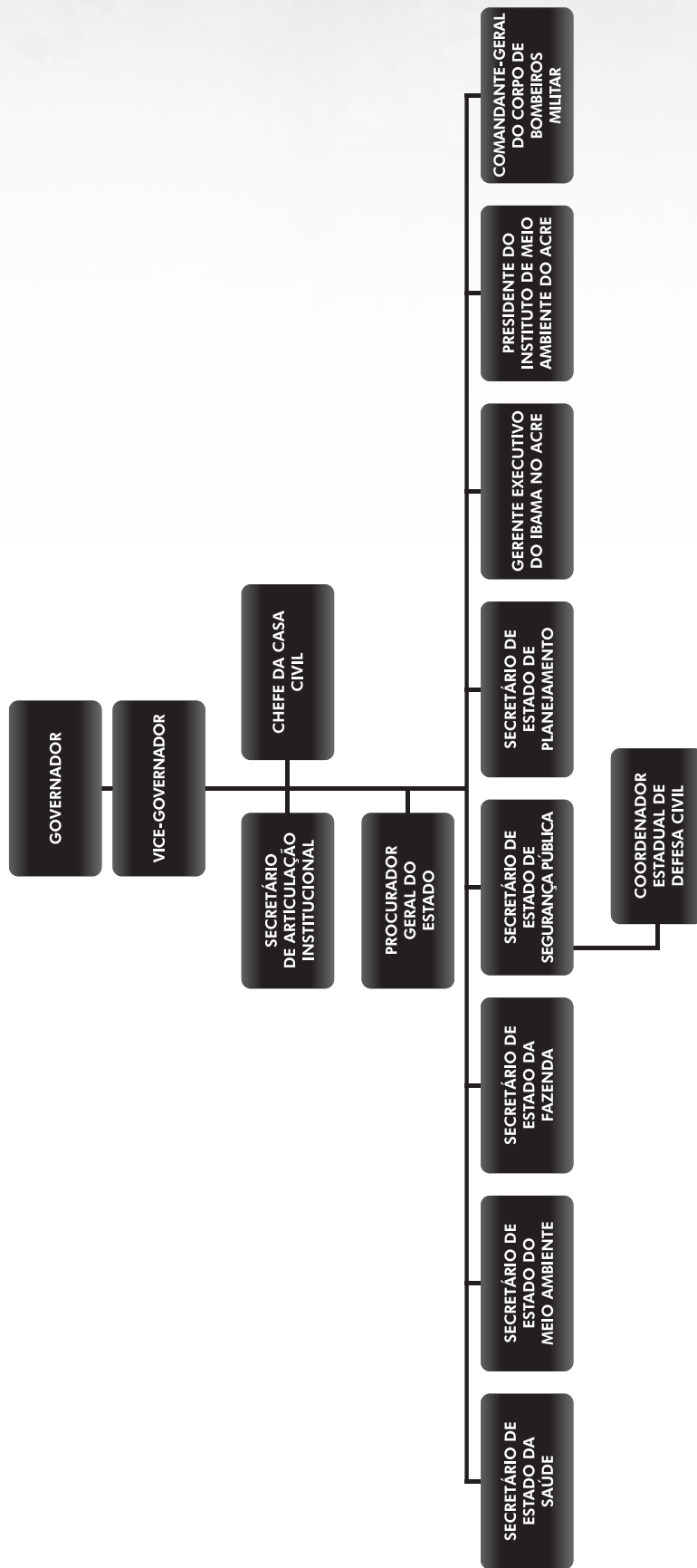
ANEXO V – SEÇÃO DE PLANEJAMENTO/UNIDADE DE SITUAÇÃO

Instituição	Atividade	Estratégia	Prazos	Parceiros
CBMAC	Estabelecer o Sistema de Comando de Incidentes (SCI) para prevenção e combate aos incêndios florestais	Cursos, simulações	01/jul/11	Todas instituições envolvidas na Câmara Técnica de Queimadas
CBMAC/SEMA	Estabelecer um sistema de comunicação entre equipe de monitoramento e a Unidade de Situação, sala e equipes de fiscalização e combate e visa versa.	Plano de comunicação	20/jun/11	IMAC, SEAPROF, Polícia Militar
UCEGEO/IMC	Estratégia de monitoramento	Plano de monitoramento	01/jul/11	UFAC, COMDEC, Companhia florestal.
COMANDO UNIFICADO (SCI)	Geração de informação na Unidade de Situação categorizada pelas necessidades de combate e fiscalização.	Utilização de ferramentas tecnológicas	01/jul/11	SEMA, CBMAC, CEDEC, UCEGEO, SEAPROF, Polícia Militar, etc.
SEMA, IMAC e CBMAC	Capacitação para monitoramento para fiscalização e para combate.	Identificação das áreas com maior criticidade de incêndios, Capacitação das COMDECs	01/jul/11	IBAMA
SEMA, CBMAC, CEDEC	Levantar as necessidades de estrutura operacional de fiscalização e combate	Plano de operações	a discutir	Todas as instituições envolvidas na Câmara Técnica de Queimadas.
CBMAC, IMAC e SEMA	Capilarizar as ações de combate e comunicação formando e capacitando brigadas em áreas críticas.	Cursos	01/jun/11	IBAMA, SEAPROF, Ministério Público.
SEMA e CBMAC	Designação de equipes de intervenção para os municípios de criticidade de incêndios	Visitas a municípios da maior criticidade e realização de plano de atuação	15/jul/11	Prefeituras dos municípios
SEMA e CBMAC	Visita municípios - força tarefa preventiva	Elaborar planos em conjunto	30/jun/11	Prefeituras dos municípios

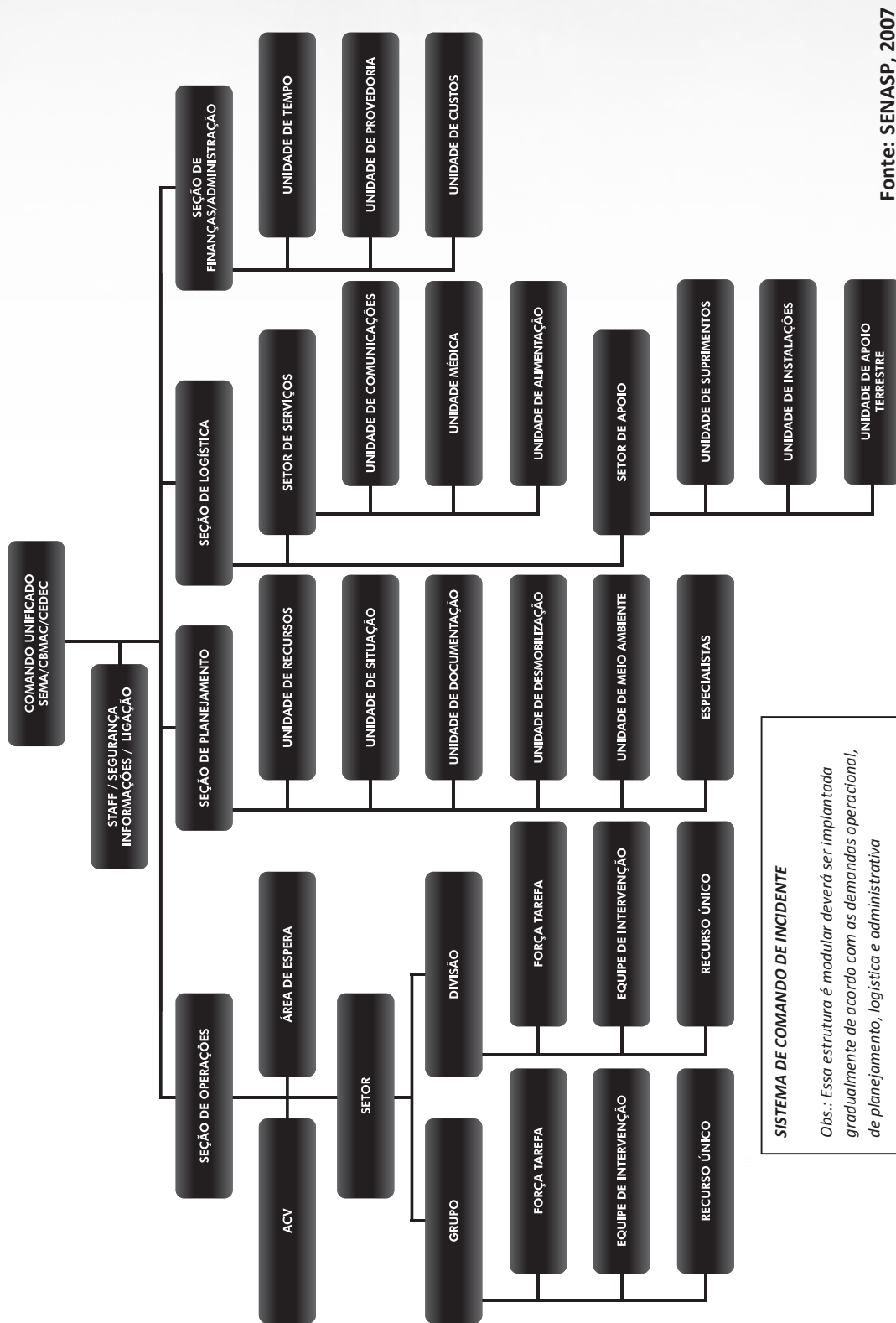
ANEXO VI- ORGANOGRAMA GERAL



ANEXO VII- ORGANOGRAMA DO NÍVEL ESTRATÉGICO



ANEXO VIII- ORGANOGRAMA DO NÍVEL TÁTICO/OPERACIONAL – SCI



SISTEMA DE COMANDO DE INCIDENTE
 Obs.: Essa estrutura é modular deverá ser implantada gradualmente de acordo com as demandas operacional, de planejamento, logística e administrativa

Fonte: SENASP, 2007

ANEXO X- INFRAESTRUTURA NECESSÁRIA PARA FUNCIONAMENTO DA UNIDADE DE SITUAÇÃO

Equipamentos/materiais/viaturas

- 06 computadores ou notebooks com softwares específicos (UCEGEO / SEMA / IMC, IMAC/CBMAC/ IBAMA/ CEDEC)
- 01 impressora convencional
- 01 plotter
- 01 Datashow
- 01 quadro branco
- 01 tela
- 01 mesa de reuniões
- 06 mesas para computadores
- 01 TV
- 01 telefone específico
- Internet
- 01 rádio comunicação,
- Sistema de rádio Global Star
- 01 mural
- 01 carro disponível 24 horas e abastecido,
- 02 celulares (liberar crédito)
- 01 máquina fotográfica digital, 01 filmadora,
- 02 GPS e materiais de escritório.

Pessoal:

- 02 técnicos para geoprocessamento (UCEGEO/IMC)
- 01 meteorologista (SEMA)
- 01 técnico da Defesa Civil Municipal
- 01 Bombeiro (24 horas revezando)
- 01 técnico da Defesa Civil Estadual
- 01 Secretário CBMAC (documentação)
- 01 motorista 24 horas (revezando)

Alimentação do corpo técnico da sala de situação: marmitex (Gabinete Civil).

ANEXO XI- LISTA DE BAIRROS DE RIO BRANCO, POR REGIONAL.

REGIONAL I: 2º Distrito

- 06 de agosto
- Amapá
- Cidade Nova
- Comara
- Loteamento Alzira Cruz
- Loteamento Praia do Amapá
- Quinze
- Taquari
- Triângulo Novo
- Triangulo Velho
- Boa Esperança
- Bosque
- Cadeia Velha
- Capoeira
- Centro
- Cerâmica
- Conj. Guiomard Santos
- Cohab do Bosque
- Conj. Eletra
- Conj. Procon
- Conj. Solar

REGIONAL II: Centro

- 10 de junho
- Adalberto Aragão
- Aviário
- Baixa da Colina
- Baixada da Habitasa
- Baixo São Francisco
- Base
- Dom Giocondo
- Habitasa
- Ipase
- Jardim Américo
- José Augusto
- Morada do Sol
- Tropical

REGIONAL III: São

Francisco/Tancredo Neves

- Adalberto Sena
- Alto Alegre
- Apolônio Sales
- Chico Mendes
- Conj. Ouricuri
- Defesa Civil
- Edson Cadaxo
- Invasão das Placas
- Irineu Serra
- Jarbas Passarinho
- Jardim Eldorado
- Jorge Lavocat
- Juarez Távora
- Loteamento Jaguar
- Loteamento Novo Horizonte

- Loteamento Popular
- Loteamento Santo Antônio
- Loteamento Vila Mariana
- Montanhês
- Oscar Passos
- Parque dos Sabiás
- Placas
- Raimundo Melo
- Residencial Santa Cruz
- São Francisco
- Tancredo Neves
- Vila Nova
- Vitória
- Wanderley Dantas
- Xavier Maia

REGIONAL IV: Conquista/Distrito

- Bairro da Paz
- Barro Vermelho
- Conj. Mariana
- Conj. Paulo Cesar
- Conj. Rui Lino
- Conj. Universitário
- Conquista
- Distrito Industrial
- Estação Experimental
- Geraldo Fleming
- Hélio Melo
- Isaura Parente
- Jardim Primavera
- Loteamento dos Engenheiros

- Loteamento Flora
- Loteamento Isaura Parente
- Loteamento Jardim Brasil
- Loteamento Joafra
- Loteamento São José
- Loteamento Maria
- Manoel Julião
- Mocinha Magalhães
- Monte Alto
- Nova Estação
- Parque das Palmeiras
- Residencial Iolanda
- Residencial Petrópolis
- Santa Quitéria
- Santa Terezinha
- Tangará
- Tucumã
- Vila Waldemar Maciel
- Vila Aquiles Peret

REGIONAL V: Floresta

- Abrão Alab
- Chácara Ipê
- Conj. Bela Vista
- Conj. Castelo Branco
- Conj. Esperança I, II e III
- Conj. Laélia Alcântara
- Conj. LBA
- Conj. Mascarenha de Moraes
- Conj. Mauro Bitar
- Conj. Nova Esperança

- Conj. Nova Morada
- Conj. Jardim de Alah
- Conj. Village Tiradentes
- Doca Furtado
- Flor de Maio
- Floresta Norte
- Floresta Sul
- Habitar Brasil
- Ilson Alves Ribeiro
- Ivete Vargas
- Jardim Europa
- Jardim Nazle
- Jardim Universitário
- Loteamento Portal da
Amazônia
- Novo Calafate
- Novo Horizonte
- Residencial José Furtado
- Residencial Maria Iris
- Vila Betel
- Vila Calafate
- Vila Pedro Roseno
- Vila São Miguel
- Waldemar Maciel

REGIONAL VI: Baixada

- Aeroporto Velho
- Airton Sena
- Bahia Nova
- Bahia Velha
- Bairro da Glória

- Boa União
- Boa Vista
- João Eduardo I e II
- João Paulo II
- Loteamento São Sebastião
- Palheiral
- Pista
- Plácido de Castro
- Preventório
- Sobral

REGIONAL VII: 2º Distrito

- Vila Albert Sampaio
- Areal
- Belo Jardim I
- Belo Jardim II
- Corrente
- Dom Moacyr
- Loteamento Bom Jesus
- Loteamento Saad
- Loteamento Santa Helena
- Loteamento Santo Afonso
- Mendonça Lima
- Mauri Sérgio
- Residencial Vilacre
- Santa Cecília
- Santa Inês
- Santa Maria
- Vila Acre
- Vila Benfica
- Vila da Amizade

ANEXO XII- MODELO DE RELATÓRIO DIÁRIO DAS AÇÕES DE FISCALIZAÇÃO E MONITORAMENTO DAS QUEIMADAS URBANAS NOS MUNICÍPIOS - 2011

EQUIPE:

DIA:

_____ PERÍODO _____

Origem	Locais Rua/Bairro	Descrição do Efetuado	Tipo Infração (queima < ou > 100 litros) ou queima de vegetação	Coord. geográficas

CEGdRA

**Comissão Estadual de
Gestão de Riscos
Ambientais**



SEMA IMAC IBAMA/AC SESACRE ITERACRE SEAPROF SEMEIA CBMAC CEDEC COMDEC FUNTAC DERACRE
UFAC MPE MPF PGE EMBRAPA/AC SEOP SEPLAN FIEAC SDCT IDAF FETACRE NCRA WHRC IPAM IFAC SEF
IMC Exército Brasileiro [4º. BIS e 7º. BEC] Polícia Rodoviária Federal Polícia Militar – Companhia de Policiamento Ambiental